

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
URI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEDU)
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

POLÍTICA PÚBLICA E O ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO EM SANTA
CATARINA: PERSPECTIVAS PARA O FORTALECIMENTO DAS ATRIBUIÇÕES
E CONTRIBUIÇÕES NO CAMPO EDUCACIONAL

CARLA MARISTELA MARX ERDMANN

FREDERICO WESTPHALEN

2026

CARLA MARISTELA MARX ERDMANN

**POLÍTICA PÚBLICA E O ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO EM SANTA
CATARINA: PERSPECTIVAS PARA O FORTALECIMENTO DAS ATRIBUIÇÕES
E CONTRIBUIÇÕES NO CAMPO EDUCACIONAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado,
do Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai
e das Missões (URI) - *Campus* de Frederico
Westphalen - como requisito para a obtenção do
grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr Cesar Riboli.

FREDERICO WESTPHALEN

2026

CARLA MARISTELA MARX ERDMANN

POLÍTICA PÚBLICA E O ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO EM SANTA CATARINA: PERSPECTIVAS PARA O FORTALECIMENTO DAS ATRIBUIÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NO CAMPO EDUCACIONAL

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cesar Riboli (Orientador)

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)

Prof. Dra. Denise Madeira de Castro e Silva

Universidade do Estado do Rio Grande do Sul – UERGS

Prof. Dra. Marcia Dalla Nora

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
DEDICATÓRIA.....	6
LISTA DE TABELAS E FIGURAS.....	7
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	8
IDENTIFICAÇÃO.....	9
RESUMO.....	10
INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Conhecendo a pesquisadora.....	15
1.2 Objetivos.....	18
1.2.1 Objetivo Geral.....	18
1.2.2 Objetivos Específicos.....	18
1.3 Definição da problemática da pesquisa.....	19
1.3.1 Problema de Pesquisa.....	20
1.4 Estado do Conhecimento.....	21
1.4.1 Conhecimento científico e produção do conhecimento.....	21
1.4.2 Estado do Conhecimento sobre o Assistente Técnico Pedagógico e as Políticas Públicas Educacionais.....	25
1.5.1 Corpus documental da pesquisa.....	39
1.5.2 Percurso da Pesquisa.....	41
2 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	43
2.1 Das políticas públicas aos documentos da educação.....	47
2.2 Constituição Federal.....	48
2.3 Lei de Diretrizes e Base da Educação.....	50
2.4 Políticas Públicas de Educação em Santa Catarina.....	51
2.5 Lei do Magistério de Santa Catarina.....	54
2.6 Gestão Democrática da Educação no Brasil e em Santa Catarina.....	55
3 POLÍTICAS PÚBLICAS E O ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO.....	58
4 DAS ATRIBUIÇÕES DO ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO AO COTIDIANO ESCOLAR.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS.....	72

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela paz e saúde.

Aos meus pais, Hélio e Sueli, por me proporcionarem um lar repleto de felicidade, incentivo e apoiando em cada etapa da minha trajetória. Sou profundamente grata por todo o carinho, dedicação e confiança que sempre depositaram em mim.

À minha irmã, Graciela, pelo afeto, apoio constante e valiosa contribuição dos textos escritos. Agradeço o incentivo durante a realização deste mestrado. Não poderia desejar uma irmã melhor; sua presença sempre me fortalece.

Ao meu esposo, Rozano, por caminhar ao meu lado com compreensão e incentivo, apoiando-me nesta jornada. Sua confiança em mim foi essencial para a concretização deste importante objetivo pessoal e profissional.

Aos meus filhos, Bruno e Ayara, são minha inspiração diária e a razão de tantos esforços. Obrigada por encherem minha vida de amor, propósito e felicidade. Esta conquista também é de vocês.

Ao Professor Dr. Cesar Riboli, por quem nutro profunda admiração e respeito. Agradeço a atenção e compreensão. Sua dedicação e generosidade contribuíram para minha formação acadêmica e pessoal.

À Professora Mestre Rosilei Gugel Ficagna, que sempre terá meu respeito, admiração e consideração. Agradeço o incentivo, apoio e encorajamento para cursar o mestrado. Sua presença foi fundamental para tornar essa caminhada mais leve, significativa e se concretizar.

Obrigada por fazerem parte da minha história!

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Hélio e Sueli, à minha irmã, Graciela, pelo incentivo e confiança que sempre depositaram em mim; ao meu esposo, Rozano, pela compreensão ao longo desta caminhada; e aos meus filhos, Bruno e Ayara, que dão sentido às minhas conquistas. Dedico a estes, por sempre acreditar em meu potencial e que, com orgulho, ao me apresentar a alguém, dizia: “Ela é professora!”, fortalecendo minha vocação e inspirando-me a seguir em frente.

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Figura 1 - Mapa localização das CRE

Tabela 1 - Relação de escolas da rede estadual - CRE 29

Tabela 2 – Resultado geral pesquisa dos termos

Tabela 3 – Resultado pesquisa por combinação de termos (1)

Tabela 4 – Resultados pesquisa combinação de termos (2)

Tabela 5 – Bibliografia Anotada referente Tabela 3 e Tabela 4.

Tabela 6 – Bibliografia Sintetizada

Tabela 7 – Diferenças entre pesquisa qualitativa e quantitativa

Tabela 8 – Dimensão Administrativa

Tabela 9 - Dimensão Pedagógica

Tabela 10 - Dimensão Gestão de Pessoas e Recursos

Tabela 11 - Dimensão Social e Comunitária

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MEC - Ministério da Educação e Cultura

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

ATP - Assistente Técnico Pedagógico

CRE 29 - Coordenadoria Regional de Educação de Palmitos

SED - Secretaria de Estado da Educação

SISGESC - Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina

ACT - Admissão Contrato Temporário

CAPES - Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

PPP - Projeto Político-Pedagógico

IDENTIFICAÇÃO

Instituição de Ensino/Unidade

URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Campus de Frederico Westphalen/RS

Rua Assis Brasil, nº 709, Bairro Itapagé, CEP: 98400-000 Frederico Westphalen/RS.

Direção do Campus

Diretora Geral: Prof.^a Dr.^a Elisabete Cerutti

Diretora Acadêmica: Prof. Dr. Carlos Eduardo Blanco Linares

Diretor Administrativo: Prof. Me. Alzenir José de Vargas

Departamento/Curso

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação

– Mestrado e Doutorado em Educação: Prof.^a Dr.^a Luci Mary Duso Pacheco

Orientador

Prof. Dr. Cesar Riboli

Mestrando

Carla Maristela Marx Erdmann

Temática

Políticas Públicas, Assistente Técnico Pedagógico de Santa Catarina, Atribuições.

RESUMO

A presente pesquisa insere-se no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) – Campus de Frederico Westphalen/RS, vinculada à Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação e ao Projeto de Pesquisa Educação, Direito e Sociedade. Esta pesquisa, de abordagem qualitativa, tem como objeto de estudo a atuação do Assistente Técnico-Pedagógico (ATP) na rede estadual de ensino de Santa Catarina, no contexto das políticas públicas educacionais e da gestão da educação. Teve por objetivo analisar como as políticas públicas educacionais do Estado de Santa Catarina orientam as atribuições do ATP e em que medida sua atuação se apresenta coerente com as funções legalmente estabelecidas, contribuindo para a organização pedagógica, para a gestão escolar e para a qualidade dos processos educativos desenvolvidos nas escolas da rede estadual de ensino. A pesquisa fundamentou-se em estudo bibliográfico e documental, com análise de legislações, diretrizes, normativas e documentos oficiais da educação brasileira e catarinense, utilizando os pressupostos da análise documental e da análise de conteúdo. Considerados observação decorrentes da atuação profissional da pesquisadora na Coordenadoria Regional de Educação de Palmitos/SC. Os resultados evidenciaram divergências entre as atribuições legalmente previstas e as expectativas do próprio ATP e dos demais profissionais da escola, que frequentemente atribuem a esse profissional um papel mais diretamente relacionado ao acompanhamento pedagógico. Verificou-se, ainda, que sua atuação articulada favorece a gestão democrática, a mediação institucional e o fortalecimento do trabalho coletivo. Conclui-se que há coerência parcial entre as atribuições legais e a prática profissional, sendo necessária a ampliação da formação continuada, o fortalecimento da compreensão das funções e da articulação institucional, a fim de potencializar a atuação do Assistente Técnico-Pedagógico e suas contribuições para a qualidade da educação pública. Espera-se que os resultados contribuam para ampliar a compreensão sobre a identidade profissional do ATP e subsidiem o fortalecimento das políticas públicas educacionais, da gestão pedagógica e da valorização desses profissionais.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais. Gestão da Educação. Assistente Técnico Pedagógico. Santa Catarina. Gestão Escolar. Qualidade da Educação.

INTRODUÇÃO

A educação constitui um direito social fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988 e representa um dos principais instrumentos de desenvolvimento humano, inclusão social e fortalecimento da cidadania. Mais do que um processo de transmissão de conhecimentos, a educação envolve a formação integral dos indivíduos, contribuindo para a construção de valores, para o exercício da participação democrática e para a promoção da justiça social.

Nesse sentido, a efetivação do direito à educação depende da existência de políticas públicas capazes de garantir não apenas o acesso à escola, mas também a permanência dos estudantes, a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem e a valorização dos profissionais que atuam no ambiente escolar.

As políticas públicas educacionais desempenham papel estratégico na organização dos sistemas de ensino, estabelecendo diretrizes, metas, programas e ações voltadas ao fortalecimento da educação pública. Sua implementação exige a atuação articulada de diferentes profissionais que compõem a estrutura educacional, desde os órgãos centrais de gestão até os profissionais que atuam diretamente nas unidades escolares. Dessa forma, compreender o funcionamento das políticas públicas educacionais implica compreender também os sujeitos responsáveis por sua operacionalização e concretização nos espaços escolares.

A presente dissertação está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus de Frederico Westphalen/RS, à Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação e ao Projeto de Pesquisa Educação, Direito e Sociedade. Nesse contexto, busca contribuir para a ampliação das discussões acerca da implementação das políticas públicas educacionais e do papel desempenhado pelos profissionais que atuam na gestão pedagógica das escolas públicas.

Entre esses profissionais encontra-se o Assistente Técnico Pedagógico (ATP), cuja atuação está diretamente relacionada ao acompanhamento dos processos pedagógicos, à organização do trabalho escolar, ao apoio às equipes gestoras e à implementação das políticas educacionais no cotidiano das instituições de ensino. Embora exerça funções relevantes para o desenvolvimento das atividades escolares, observa-se que ainda existem desafios relacionados à compreensão de

suas atribuições, à consolidação de sua identidade profissional e ao reconhecimento de suas contribuições para a qualidade da educação.

Atualmente, atuo na Coordenadoria Regional de Educação de Palmitos (CRE-29), unidade descentralizada da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina responsável pelo acompanhamento e assessoramento das escolas estaduais pertencentes à sua área de abrangência. As Coordenadorias Regionais de Educação constituem importantes estruturas administrativas do sistema educacional catarinense, desempenhando funções de orientação, monitoramento, acompanhamento pedagógico e articulação entre as políticas educacionais definidas pelo Estado e sua implementação nas unidades escolares.

A CRE-29 possui abrangência regional que contempla os municípios de Águas de Chapecó, Caibi, Cunhataí, Cunha Porã, Mondaí, Palmitos, Riqueza e São Carlos. A figura 1 a seguir apresenta a organização territorial das Coordenadorias Regionais de Educação do Estado de Santa Catarina.

Figura 1 - Mapa localização das CRE



Fonte: Eduardo Guarienti, 2016.

A partir da estrutura administrativa apresentada, observa-se que as Coordenadorias Regionais desempenham papel fundamental na articulação entre as políticas públicas educacionais estaduais e a realidade das escolas. Elas são responsáveis por acompanhar a execução de programas governamentais, promover ações de formação continuada, prestar assessoramento técnico e pedagógico às equipes escolares e monitorar indicadores educacionais, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação ofertada pela rede estadual de ensino.

A Coordenadoria Regional de Educação de Palmitos atende dezesseis escolas estaduais, abrangendo diferentes etapas da Educação Básica. Essas instituições apresentam características distintas quanto ao número de estudantes, professores e profissionais da equipe pedagógica, constituindo um universo significativo para a compreensão dos processos de gestão e implementação das políticas públicas educacionais.

A CRE - 29 está situada na cidade de Palmitos/SC, atendendo dezesseis escolas da rede estadual de ensino, com matrículas de estudantes desde os Anos Iniciais do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, conforme tabela a seguir:

Tabela 1 - Relação de escolas da rede estadual - CRE 29

Escola	Município	Nº Total Estudantes	Nº Professores	Nº ATP
EEB Irineu Bornhausen	Águas de Chapecó	733	70	2
EEF Maidana	Águas de Chapecó	86	18	0
EEB Dom Pedro II	Caibi	661	58	2
EEB Nicolau Schoenberger	Cunhataí	187	32	2
EEB Prof. Patrício J Oliveira	Cunha Porã	662	71	2
EEF Tupinambá	Cunha Porã	44	18	1
EEF Tiradentes	Cunha Porã	270	34	1
EEB Delminda Silveira	Mondaí	371	34	2
EEF Felisberto de Carvalho	Palmitos	513	54	2
EEB Princesa Isabel	Palmitos	537	53	2
EEB Jorge Lacerda	Palmitos	143	28	1
EEF Sede Oldenburg	Palmitos	122	16	0
EEB Profª Genoveva Dalla Costa	Riqueza	291	29	1
EEF Eulina Alves De Gouveia Marcelino	Riqueza	60	17	0
EEB Cardeal Arcoverde	São Carlos	858	75	2
EEB Dr. Carlos Culmey	São Carlos	209	28	1

Fonte: Dados do sistema Sisgesc/SC, 22/02/2026, Tabela construída pela autora.

Os dados apresentados evidenciam a amplitude e a complexidade do trabalho desenvolvido pela Coordenadoria Regional de Educação de Palmitos. As dezesseis unidades escolares atendidas pela CRE-29 contemplam realidades distintas, exigindo constante articulação entre gestores, professores, equipes pedagógicas e órgãos administrativos. Observa-se também que a distribuição dos Assistentes Técnicos Pedagógicos não ocorre de forma homogênea entre as escolas, havendo instituições com maior número desses profissionais e outras sem a presença de ATPs, situação que suscita reflexões sobre suas atribuições e contribuições para os processos educativos.

Nesse contexto, atuando no setor de ensino da Coordenadoria Regional de Educação de Palmitos, desenvolvendo atividades relacionadas à formação continuada de profissionais da educação, acompanhamento de programas governamentais, assessoramento às escolas e acompanhamento das políticas públicas voltadas à Educação e na modalidade Educação Especial.

Entre as atribuições desempenhadas, destacam-se a atuação como articuladora regional do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, o acompanhamento dos processos relacionados ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), a análise de documentação para solicitação de segundo professor de turma e de Atendimento Pedagógico Domiciliar (APD), além do suporte pedagógico às escolas da rede estadual.

A experiência profissional desenvolvida junto à Coordenadoria Regional de Educação permitiu uma aproximação mais intensa com a realidade das escolas e com os profissionais que atuam na gestão pedagógica. Diferentemente da experiência vivenciada exclusivamente em sala de aula, a atuação na CRE possibilitou compreender de forma mais ampla os processos de planejamento, organização e acompanhamento das ações educacionais, bem como identificar desafios enfrentados pelos Assistentes Técnicos Pedagógicos no exercício de suas funções.

Foi nesse contexto que surgiram inquietações relacionadas à atuação do ATP. Em diferentes momentos de formação, reuniões e assessoramentos realizados junto às escolas, observou-se que muitos desses profissionais manifestavam dúvidas acerca de suas atribuições, dificuldades na definição de suas prioridades de trabalho e sentimentos de desvalorização profissional. Tais percepções despertaram o interesse em investigar mais profundamente a função exercida pelos Assistentes

Técnicos Pedagógicos, buscando compreender como as políticas públicas educacionais orientam sua atuação e em que medida suas atribuições estão sendo efetivamente concretizadas no cotidiano escolar.

A escolha do tema desta dissertação nasce, portanto, da articulação entre a experiência profissional da pesquisadora, a relevância social da temática e a necessidade de ampliação da produção científica sobre o Assistente Técnico Pedagógico no contexto catarinense. Apesar da importância desse profissional para a organização pedagógica das escolas, ainda são limitados os estudos que investigam suas atribuições, suas contribuições e sua inserção no âmbito das políticas públicas educacionais.

Dessa forma, a presente pesquisa busca contribuir para o campo das Políticas Públicas e Gestão da Educação por meio da análise das legislações e normativas que orientam a atuação dos Assistentes Técnicos Pedagógicos em Santa Catarina, procurando compreender a coerência entre as atribuições previstas nos documentos oficiais e as contribuições efetivamente produzidas por esses profissionais nas escolas estaduais. Ao mesmo tempo, pretende oferecer subsídios para o fortalecimento da identidade profissional dos ATPs, para sua valorização institucional e para o aprimoramento das políticas públicas educacionais voltadas à gestão pedagógica e à qualidade da educação.

1.1 Conhecendo a pesquisadora

A trajetória de vida de cada sujeito é construída a partir das experiências, vivências, desafios e oportunidades que se apresentam ao longo do caminho. São essas experiências que influenciam escolhas, valores, perspectivas e formas de compreender a realidade. No campo da pesquisa em Educação, reconhecer o percurso pessoal e profissional da pesquisadora torna-se relevante, pois possibilita compreender as motivações que conduziram à escolha do objeto investigado e as relações estabelecidas com o contexto pesquisado.

Sou filha de agricultores e nasci em uma pequena propriedade rural localizada no interior do estado de Santa Catarina. Cresci ao lado de meus irmãos, participando ativamente das atividades desenvolvidas pela família, auxiliando nos trabalhos da agricultura, da avicultura e das demais tarefas necessárias à manutenção da

propriedade. A vivência no meio rural foi marcada por desafios, esforço coletivo, responsabilidade e solidariedade, valores que contribuíram significativamente para minha formação humana e profissional.

Minha trajetória escolar foi integralmente construída na educação pública. Utilizando diariamente o transporte escolar para chegar à escola, tive a oportunidade de vivenciar diferentes realidades educacionais, compreendendo desde cedo a importância da educação como instrumento de transformação social e de ampliação de oportunidades. Foi nesse ambiente que começaram a surgir os primeiros questionamentos sobre a realidade social, sobre o papel da escola e sobre a relevância da educação para o desenvolvimento das pessoas e das comunidades.

Inicialmente, minha intenção profissional não estava voltada à docência. Meu desejo era cursar Farmácia, mas as limitações econômicas e geográficas existentes naquele momento conduziram-me à graduação em Ciências Biológicas. Ainda que a licenciatura não representasse o meu projeto inicial de vida, as circunstâncias profissionais que se apresentaram posteriormente aproximaram-me gradativamente da educação.

Após a conclusão da graduação, diante das oportunidades que surgiram no campo educacional, passei a atuar como professora substituta em diferentes escolas, lecionando diversas disciplinas. Foi nesse contato cotidiano com estudantes, professores e comunidades escolares que descobri minha identificação com a docência. Aos poucos, a educação deixou de ser apenas uma possibilidade profissional e passou a representar um projeto de vida. A experiência em sala de aula despertou em mim o compromisso com a formação humana, com a construção do conhecimento e com a transformação social por meio da educação.

Ao longo de aproximadamente quatorze anos de atuação docente, pude acompanhar diferentes realidades escolares, vivenciando os desafios enfrentados pelos profissionais da educação e observando as múltiplas demandas presentes no cotidiano das instituições de ensino. Essa experiência proporcionou uma compreensão significativa sobre os processos de ensino e aprendizagem, bem como sobre a importância do trabalho coletivo para a construção de uma educação pública de qualidade.

Posteriormente, minha atuação profissional passou a ocorrer junto à Coordenadoria Regional de Educação de Palmitos (CRE-29), vinculada à Secretaria

de Estado da Educação de Santa Catarina. Essa nova experiência ampliou significativamente minha compreensão acerca da organização dos sistemas educacionais e das políticas públicas voltadas à educação. Ao deixar de observar a escola apenas sob a perspectiva da sala de aula, passei a compreender os processos de gestão, planejamento, acompanhamento pedagógico e implementação das políticas educacionais em uma dimensão mais ampla.

No exercício de minhas atribuições junto à Coordenadoria Regional de Educação, desenvolvo atividades relacionadas à formação continuada de professores, acompanhamento de programas governamentais, assessoramento às escolas e apoio às ações de Educação Especial. Essa atuação possibilitou contato permanente com gestores escolares, professores, equipes pedagógicas e Assistentes Técnicos Pedagógicos, permitindo observar diferentes formas de organização do trabalho escolar e os distintos desafios enfrentados pelos profissionais da educação. Foi nesse contexto que emergiram as inquietações que deram origem à presente pesquisa. Durante encontros, formações, visitas técnicas e momentos de assessoramento pedagógico, tornou-se recorrente a manifestação de dúvidas, inseguranças e dificuldades relacionadas ao exercício da função de Assistente Técnico Pedagógico. Muitos profissionais demonstravam incertezas quanto às suas atribuições, relataram sobrecarga de atividades administrativas e apontam desafios para consolidar sua identidade profissional no ambiente escolar.

Essas observações despertaram o interesse em compreender mais profundamente a função exercida pelos Assistentes Técnicos Pedagógicos na rede estadual de ensino de Santa Catarina. A partir desse movimento, surgiu a necessidade de investigar como as políticas públicas educacionais orientam a atuação desses profissionais e de que forma suas atribuições se materializam no cotidiano das escolas.

Assim, a presente dissertação não nasce apenas de uma inquietação acadêmica, mas também de uma trajetória profissional construída no interior da escola pública. Trata-se de uma pesquisa que busca articular experiência, reflexão e produção científica, com o propósito de contribuir para a valorização dos Assistentes Técnicos Pedagógicos, para o fortalecimento das políticas públicas educacionais e para a qualificação dos processos de gestão pedagógica nas escolas da rede estadual de Santa Catarina.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar como as políticas públicas educacionais do Estado de Santa Catarina orientam as atribuições do Assistente Técnico Pedagógico (ATP) e em que medida sua atuação se apresenta coerente com as funções legalmente estabelecidas, contribuindo para a organização pedagógica, para a gestão escolar e para a qualidade dos processos educativos desenvolvidos nas escolas da rede estadual de ensino.

1.2.2 Objetivos Específicos

Compreender os fundamentos teóricos das políticas públicas educacionais e sua relação com a organização da educação básica brasileira.

Identificar os principais marcos normativos e as políticas públicas nacionais que orientam a estrutura e o funcionamento da educação básica no Brasil.

Analisar as políticas públicas educacionais e os instrumentos normativos do Estado de Santa Catarina que regulamentam a atuação dos profissionais da educação, especialmente dos Assistentes Técnicos Pedagógicos.

Levantar e sistematizar as atribuições legalmente previstas para o Assistente Técnico Pedagógico nas normativas da rede estadual de ensino de Santa Catarina.

Examinar a relação entre as atribuições previstas nas políticas públicas educacionais catarinenses e as demandas efetivamente desenvolvidas pelos Assistentes Técnicos Pedagógicos no cotidiano escolar.

Analisar a partir de vivências cotidianas, nas escolas vinculadas à Coordenadoria Regional de Educação de Palmitos/SC, de que forma as atribuições dos Assistentes Técnicos Pedagógicos se materializam na prática e quais contribuições produzem para a organização institucional e para os processos de ensino e aprendizagem.

Analisar em que medida a atuação do Assistente Técnico Pedagógico contribui para a implementação das políticas públicas educacionais, para o fortalecimento da gestão pedagógica e para a melhoria da qualidade da educação nas escolas da rede estadual de ensino.

1.3 Definição da problemática da pesquisa

A educação pública brasileira é estruturada por um conjunto de políticas públicas, legislações, programas e diretrizes que buscam assegurar o direito à educação e promover condições para o desenvolvimento integral dos estudantes. Nesse contexto, a efetivação das políticas educacionais não depende exclusivamente da elaboração de normas e documentos oficiais, mas também da atuação dos profissionais responsáveis por sua implementação e acompanhamento no cotidiano das instituições escolares.

As escolas constituem espaços complexos de organização social e pedagógica, nos quais diferentes profissionais atuam de forma articulada para garantir o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem. Entre esses profissionais encontram-se os Assistentes Técnicos Pedagógicos (ATPs), que exercem funções relacionadas ao acompanhamento pedagógico, à orientação dos processos educacionais, ao assessoramento das equipes gestoras e à implementação das políticas públicas educacionais no ambiente escolar.

No Estado de Santa Catarina, as atribuições dos Assistentes Técnicos Pedagógicos encontram-se regulamentadas por diferentes dispositivos legais e normativos que definem responsabilidades, competências e campos de atuação. Tais normativas buscam orientar o trabalho desses profissionais, estabelecendo parâmetros para sua atuação junto às equipes diretivas, professores, estudantes e comunidade escolar. Contudo, a existência de regulamentação formal não garante, por si só, que as atribuições previstas sejam plenamente compreendidas ou efetivamente desenvolvidas nas unidades escolares.

A experiência profissional da pesquisadora junto à Coordenadoria Regional de Educação de Palmitos possibilitou identificar situações recorrentes em que Assistentes Técnicos Pedagógicos manifestam dúvidas acerca de suas atribuições, relatam dificuldades para definir prioridades de atuação e, muitas vezes, assumem atividades que extrapolam ou se distanciam das funções previstas nos documentos normativos. Em diversos contextos escolares, percebe-se que demandas administrativas, burocráticas e emergenciais acabam ocupando parcela significativa do tempo desses profissionais, reduzindo sua participação em ações diretamente

relacionadas ao acompanhamento pedagógico e ao fortalecimento dos processos educativos.

Essa realidade suscita reflexões importantes acerca da implementação das políticas públicas educacionais e da efetividade dos mecanismos institucionais destinados a orientar a atuação dos profissionais da educação. Afinal, se as atribuições dos Assistentes Técnicos Pedagógicos estão claramente previstas na legislação, torna-se necessário compreender em que medida essas atribuições são conhecidas, apropriadas e efetivamente desenvolvidas no cotidiano escolar. Da mesma forma, torna-se relevante analisar se as atividades desempenhadas por esses profissionais produzem contribuições coerentes com os objetivos estabelecidos pelas políticas públicas educacionais do Estado de Santa Catarina.

Embora existam estudos que abordem aspectos relacionados à coordenação pedagógica, à gestão escolar e à atuação de profissionais da equipe pedagógica, ainda são limitadas as pesquisas voltadas especificamente à análise das atribuições e contribuições dos Assistentes Técnicos Pedagógicos no contexto catarinense, especialmente sob a perspectiva das políticas públicas educacionais. Essa lacuna evidencia a relevância acadêmica e social da presente investigação, uma vez que compreender a atuação desses profissionais pode contribuir para o fortalecimento de sua identidade profissional, para o aprimoramento da gestão pedagógica e para a qualificação das políticas públicas voltadas à educação.

Dessa forma, a presente pesquisa busca compreender a relação existente entre as atribuições legalmente estabelecidas para os Assistentes Técnicos Pedagógicos e as contribuições efetivamente produzidas por sua atuação nas escolas da rede estadual de ensino. Parte-se do entendimento de que a coerência entre normatização e prática constitui elemento fundamental para a efetividade das políticas públicas educacionais e para a promoção da qualidade da educação.

Nesse contexto, emerge a necessidade de investigar de que forma as políticas públicas educacionais catarinenses orientam a atuação dos Assistentes Técnicos Pedagógicos e como essas orientações se materializam na realidade escolar, constituindo o eixo central da presente pesquisa.

1.3.1 Problema de Pesquisa

As políticas públicas educacionais exercem papel fundamental na organização dos sistemas de ensino, estabelecendo diretrizes, atribuições e responsabilidades para os profissionais que atuam nas instituições escolares. No Estado de Santa Catarina, os Assistentes Técnicos Pedagógicos constituem parte integrante da equipe pedagógica das escolas estaduais, possuindo atribuições definidas em legislações e normativas específicas que orientam sua atuação nos processos de planejamento, acompanhamento pedagógico, organização institucional e implementação das políticas educacionais.

Entretanto, a complexidade do cotidiano escolar, a diversidade de demandas presentes nas unidades de ensino e os desafios relacionados à gestão educacional podem influenciar a forma como essas atribuições são compreendidas e efetivamente desenvolvidas pelos profissionais. Tal contexto suscita reflexões acerca da coerência entre aquilo que é estabelecido pelas políticas públicas educacionais e a atuação prática dos Assistentes Técnicos Pedagógicos no ambiente escolar.

Considerando a relevância desse profissional para a articulação entre gestão, acompanhamento pedagógico e implementação das políticas públicas, torna-se necessário compreender de que forma as atribuições previstas nos documentos normativos se materializam no cotidiano das escolas e quais contribuições efetivamente produzem para a organização institucional e para a qualidade da educação.

Diante desse contexto, a presente pesquisa busca responder ao seguinte problema:

Em que medida as atribuições dos Assistentes Técnicos Pedagógicos, estabelecidas pelas políticas públicas educacionais do Estado de Santa Catarina, apresentam coerência com sua atuação prática nas escolas da rede estadual de ensino, contribuindo para a organização pedagógica, para a gestão escolar e para a qualidade dos processos educativos?

1.4 Estado do Conhecimento

1.4.1 Conhecimento científico e produção do conhecimento

“Todos os homens têm, por natureza, desejo de conhecer” (Zilles, 2005), no contínuo processo de conhecer, compreender sobre conhecimento, é importante

entendermos que todo ser humano tem possibilidade de conhecer dentro de suas perspectivas, realidade, seguindo para uma linha de fase lunar ou solar. E neste andar tem-se cruzado por diversas possibilidades de origem do conhecimento, cada qual traz a essência do paradigma em reflexão.

Partindo de uma dialética que nos possibilita discussões que gerem conhecimento, temos o dogmatismo, a grande verdade absoluta do pensamento, sendo aquilo que é inquestionável. Onde o conhecimento não é visto como um problema, pois o contato entre objeto e sujeito, são puros. “O dogmatismo é sustentado por uma confiança na razão humana que ainda não foi acometida por nenhuma dúvida” (Hessen, 1999). O filósofo Aristóteles defendia o dogmatismo como verdade absoluta, enquanto Kant e outros filósofos, traziam diferentes reflexões de um dogmatismo teórico, ético e religioso.

Nesta busca de explicar como surgem as possibilidades do conhecimento, o ceticismo surge ao contrário do dogmatismo. O ceticismo não enxerga o objeto como unilateral, mas uma relação do sujeito e o objeto, valoriza a dúvida e o questionamento para buscar a verdade. Defende que é impossível alcançar certezas sobre o mundo sem questionamentos.

A doutrina do ceticismo não tem uma verdade única, mas defende que a verdade existe. Neste sentido, o subjetivismo, traz que a verdade está relacionada ao indivíduo humano. O subjetivismo individual, o seu próprio conhecimento produz um dogma, uma verdade. Alinhado ao subjetivismo tem-se o relativismo, que toda verdade é relativa, tem validade restrita, trazendo que o conhecimento humano depende de fatores externos. Portanto, a doutrina do “subjetivismo e o relativismo afirmam que não há nenhuma verdade universal válida” (Hessen, 1999).

Onde o pragmatismo traz uma doutrina em que as ideias são instrumentos da ação, sendo úteis quando produzem efeitos práticos. “A verdade do conhecimento consiste na concordância do pensamento com os objetivos práticos do homem, portanto, que provar ser útil e benéfico para a conduta prática, a vontade humana é livre” (Hessen, 1999).

Já o criticismo se aproxima do ceticismo, onde junta a confiança no conhecimento humano e desconfia com relação a qualquer conhecimento determinado. Sendo um “método da atividade de filosofar que investiga tanto a fonte

de afirmação e objeção quanto os fundamentos sobre os quais repousam, método que dá a esperança de atingir a certeza” (Hessen, 1999).

Dos desdobramentos das possibilidades do conhecimento, as ideias para fundamentar a origem do conhecimento não parou. Sendo por muito tempo, empírica ou epistemologicamente estudado e fundamentadas, a teoria epistemológica, vem associada às possibilidades de conhecimento, na tentativa de identificar a origem do conhecimento.

René Descartes, filósofo, físico e matemático, foi um dos principais difusores dos pensamentos ligados à origem do conhecimento vindo do uso da razão. Onde o racionalismo traz como argumento a noção de que a única forma plausível e aceitável de conhecimento correto do ser humano é a razão e a capacidade de raciocinar, sendo essa a forma de alcançar o verdadeiro conhecimento por completo.

Em John Locke, filósofo, a única fonte da origem do conhecimento seriam as experiências vivenciadas no cotidiano. Trazendo quer seríamos como uma tábula rasa, (a mente, as ideias, a razão) e que nela seria gravado o conhecimento oriundo do empirismo, trazidos da experimentação de vivenciadas no cotidiano. A razão teria papel de organizar o conhecimento empírico que algo seria verdadeiro ou falso, após a verificação de experiências e observações.

Já a teoria de origem do conhecimento, denominada de intelectualismo, tem o filósofo Aristóteles como fundador. Esta teoria defende que as ferramentas necessárias são a racionalidade (pensamento) e o empirismo (experiência), ambas participam na formação do conhecimento humano. E a capacidade de pensar e compreender o mundo racionalmente é o que nos distingue como seres humanos e que nos permite alcançar a verdade e a sabedoria.

Na teoria da origem do conhecimento, denominada de apriorismo, defendida por Immanuel Kant, filósofo, defende que o conhecimento é adquirido a priori, ou seja, antes da experiência. A priori seria quando temos uma ideia sobre um determinado objeto, ou situação não vivenciada ainda, como se nós não conhecêssemos. A partir do momento que conheço o objeto ou vivenciei uma situação, tenho a origem do conhecimento apriorismo. Ou seja, aprendemos o novo sem conhecer, aprendemos por imagens ou às cegas.

Já a teoria sobre o pensamento crítico tem como defensores os filósofos Sócrates, Platão e Aristóteles, onde cada um utilizava formas diferentes em defesa da teoria. Como Sócrates utilizava o método maiêutica, com o questionamento visa

levar as pessoas a descobrirem o conhecimento latente nelas mesmas. Já Platão se baseava no método da dialética, processo de diálogo, debate entre indivíduos em busca da verdade gradativamente, do mundo sensível, dos sentidos, a experimentação das coisas e o mundo inteligível, no qual a razão é que determina o entendimento das coisas. Aristóteles defendia esta teoria com o método retórica, que é a arte do discurso que visa à persuasão, da oratória de falar bem, persuadir e convencer, usando a linguagem eficientemente.

Cada uma das teorias da origem do conhecimento, sempre foram elaboradas a partir de posicionamentos e questionamentos contrários, de alguém que compreendia ela de uma forma diferente a de quem a escreveu. Mas isso não faz com que a teoria não seja mais aceita e tenha sido ignorada. Pelo contrário, se observarmos, analisarmos as discussões sobre diferentes temáticas, sempre chegaremos a uma teoria da origem do conhecimento.

A discussão torna-se mais enriquecedora quando se define e identifica quais as possibilidades e teorias de origem do conhecimento qualquer pesquisa ou discussão como um paradigma atual, sempre estarão presentes nas compreensões conforme a dialética em questão.

Compreender as diferentes correntes epistemológicas que discutem a origem do conhecimento - como o dogmatismo, o ceticismo, o racionalismo, o empirismo e o intelectualismo - é essencial para fundamentar qualquer proposta de investigação científica. No campo da educação, tais teorias não somente orientam os processos pedagógicos, mas também sustentam os princípios que norteiam as políticas públicas educacionais. Afinal, toda prática educativa carrega uma concepção de conhecimento e, portanto, de sujeito, de sociedade e de mundo.

Nesse sentido, a escola, enquanto espaço de formação humana, deve ser analisada à luz dessas concepções, principalmente quando se trata de compreender as atribuições dos profissionais que nela atuam, como os Assistentes Técnicos Pedagógicos (ATPs), cuja função está diretamente ligada à mediação entre a teoria e a prática educacional. Assim, ao discutir as políticas públicas que regem a atuação desses profissionais no estado de Santa Catarina, faz-se necessário recorrer não somente à legislação vigente, mas também aos fundamentos epistemológicos que legitimam o conhecimento científico na área da educação.

Compreendidas as principais perspectivas epistemológicas relacionadas à produção do conhecimento científico, torna-se necessário investigar como a temática da presente pesquisa vem sendo abordada na literatura acadêmica. Para tanto, realiza-se a construção do Estado do Conhecimento, procedimento que permite identificar produções científicas relacionadas ao objeto investigado, evidenciando avanços, tendências e lacunas existentes no campo de pesquisa.

Quando se fala em Educação, todos têm uma opinião sobre o que é. Sempre pensamos em escolas bem estruturadas, professores preparados, acesso à tecnologia, laboratório, alimentação e que ela seja um local saudável. A escola além de acolher, visa desenvolver nos estudantes o seu melhor.

Com profissionais preparados para o desenvolvimento de crescimento que fundamenta estratégias, onde os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e uma formação integral. Todo e qualquer direito aos estudantes, as escolas e profissionais que ali atuam, sempre são orientados e seguem as legislações que garantam os seus direitos. Como os direitos previstos na Constituição de 1988, no artigo 205, que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2010, pág. 136).

Nesta perspectiva de desenvolvimento integral em relação aos seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, surgem as Políticas Públicas visando desenvolver os direitos garantidos na Constituição Federal, estabelecendo regras, atribuições e responsabilidades, desde uma educação de qualidade, inclusiva, até a aplicação de recursos públicos. Para isso são criadas diferentes políticas públicas, pois as mesmas garantem direitos específicos, são elaboradas com um olhar voltado a um determinado público-alvo ou interessado.

1.4.2 Estado do Conhecimento sobre o Assistente Técnico Pedagógico e as Políticas Públicas Educacionais

Para ser possível discutir as atribuições dos Assistentes Técnicos Pedagógicos previstas nas políticas públicas do estado de Santa Catarina e seus

desafios, se faz necessário a construção do Estado do Conhecimento. É um momento de buscar em dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e seminários, para saber o que já foi pesquisado e escrito, observando o percurso histórico de suas produções. Segundo Morosini (2014), o estado do conhecimento mostra o que está em discussão em uma determinada comunidade acadêmica, tanto sobre a metodologia quanto ao desenvolvimento de escrita, para se escolher o caminho da investigação.

Assim, ao elaborar uma pesquisa, precisamos seguir critérios e considerar a relevância acadêmica do trabalho, de que forma é possível evoluir na área da pesquisa. É necessário buscar identificar se já existem publicações semelhantes ou se trata de uma pesquisa inédita e o que pode contribuir com o que já se conhece e estuda sobre o assunto.

A realização desta fase do trabalho, foi realizada junto ao banco de dados no site do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram pesquisadas dissertações já publicadas, no período de 2014 a 2024, usando SEIS descritores referentes à temática, como Política Pública, Assistente Técnico Pedagógico, Santa Catarina, Atribuições e Contribuições.

A pesquisa bibliográfica foi realizada no período entre 18 de dezembro de 2024 a março de 2025. Pela pesquisa ser de cunho qualitativo e com foco descritivo, se define o catálogo da CAPES, sendo a principal fonte de pesquisa, por estar vinculada ao Ministério da Educação do Brasil, que atua na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* em todos os estados brasileiros.

O catálogo CAPES nos permite a busca por palavras-chave (descritores) entre aspas e usando o termo *AND* (resultados que incluem todas as palavras-chave) ou *OR* (resultados com qualquer uma das palavras-chave), entre duas palavras, possibilita a combinações de descritores, resultando uma pesquisa mais avançada, com maior refinamento em relação aos descritores desejados.

Para a seleção dos trabalhos, foi primeiramente realizada a busca pelo número de dissertações e teses, relacionados aos descritores relacionados com o tema da pesquisa: 1) Educação; 2) Políticas Públicas; 3) Assistente Técnico Pedagógico; 4) Atribuições Assistente Técnico Pedagógico; 5) Contribuição Assistente Técnico

Pedagógico. Conforme a Tabela 2, apresenta o resultado geral dos termos por descritores.

Tabela 2 - Resultado geral pesquisa dos termos

Descritor	Doutorado	Mestrado	Scielo
“Educação”	50.848	145.298	36.990
“Política Pública”	21.789	63.965	3.845
“Assistente Técnico Pedagógico”	21	83	0
“Atribuições Assistente Técnico Pedagógico”	0	3	0
“Contribuição Assistente Técnico Pedagógico”	2	5	0
“Santa Catarina”	12.855	37.920	2.620

Fonte: Elaborada pela autora com base no catálogo de teses e dissertações (CAPES, 2025).

A partir dos resultados obtidos com a pesquisa geral dos termos, se faz necessário, seguir a pesquisa em teses e dissertações, utilizando possibilidade de combinação de descritores, com o objetivo de identificar pesquisas que sejam pertinentes com a temática. Utilizou-se as combinações: 1) “Educação” AND “Assistente Técnico Pedagógico”; 2) “Políticas Públicas” AND “Assistente Técnico Pedagógico”; 3) “Políticas Públicas” AND “Assistente Técnico Pedagógico”; 4) “Assistente Técnico Pedagógico” AND “Atribuições ”; 5) “Assistente Técnico Pedagógico” AND “Contribuições”; 6) “Assistente Técnico Pedagógico” AND “Santa Catarina”. Conforme a Tabela 3, os seguintes resultados.

Tabela 3 - Resultado pesquisa por combinação de termos (1)

	Descritor	Doutorado	Mestrado
A	“Educação” AND “Assistente Técnico Pedagógico”	3	28
B	“Educação de Santa Catarina” AND “Políticas Públicas”	161	576
C	“Políticas Públicas” AND “Assistente Técnico Pedagógico”	0	6
D	“Assistente Técnico Pedagógico” AND “Atribuições ”	0	1
E	“Assistente Técnico Pedagógico” AND “Contribuições ”	0	5

F	"Assistente Técnico Pedagógico" AND "Santa Catarina"	0	1
---	---	---	---

Fonte: Elaborada pela autora com base no catálogo de teses e dissertações (CAPES, 2025).

Como o catálogo CAPES possibilita o refinamento e mais combinações, nos permitindo uma pesquisa além da pertinência ao tema, como um também um semelhança entre a temática proposta na pesquisa, conforme tabela 3, foram usados os descritores, 1) "Assistente Técnico Pedagógico" AND "Contribuições " AND "Educação"; 2) "Assistente Técnico Pedagógico" AND "Atribuições" AND "Educação"; 3) "Políticas Públicas" AND "Assistente Técnico Pedagógico" AND "Atribuições"; 4) "Políticas Públicas" AND "Assistente Técnico Pedagógico" AND "Contribuições" e 5) "Políticas Públicas" AND "Assistente Técnico Pedagógico" AND "Santa Catarina".

Tabela 4 - Resultados pesquisa combinação de termos (2)

	Descritor	Doutorado	Mestrado	SciELO
A	"Assistente Técnico Pedagógico" AND "Contribuições " AND "Educação" A	0	5	0
B	"Assistente Técnico Pedagógico" AND "Atribuições" AND "Educação" B	0	2	0
C	"Políticas Públicas" AND "Assistente Técnico Pedagógico" AND "Atribuições" C	0	0	0
D	"Políticas Públicas" AND "Assistente Técnico Pedagógico" AND "Contribuições" D	0	1	0
E	"Políticas Públicas" AND "Assistente Técnico Pedagógico" AND "Santa Catarina" E	0	1	0

Fonte: Elaborada pela autora com base no catálogo de teses e dissertações CAPES, 2025).

Dos resultados obtidos e apresentados nas tabelas acima, sigo a seleção de trabalhos que estão relacionados ao campo educacional e que possuem expressões que têm afinidade com a temática em estudo. Nesta etapa, será realizada leitura dos títulos de teses e dissertações, dos resultados conforme a tabela 3 e 4, revisitando o

Catálogo CAPES. A partir da leitura selecionar trabalhos que apresentam proximidade ao tema da pesquisa.

Nesta etapa utilizarei o refinamento de somente dissertações, área da educação e não será utilizado ano como refinamento, pois muitos são anteriores a Plataforma Sucupira. Desta forma será identificado trabalhos mais próximos ao tema, realizar análise do resumo, os que apresentarem afinidade, realizar a leitura da introdução, metodologia e do referencial teórico, sendo possível comprovar o vínculo entre os temas.

A tabela 5 a seguir apresenta a bibliografia anotada dos trabalhos que apresentarem mais afinidade com a temática da pesquisa, a partir dos resultados da busca realizada no Catálogo CAPES por combinações dos descritores.

Tabela 5 – Bibliografia Anotada referente Tabela 3 e Tabela 4.

A	Descritores: “Educação” AND “Assistente Técnico Pedagógico” Total tese e dissertações: 28 Selecionadas: 3		
Nº	Autor	Título	Referência do documento
A1	FILIPPI, ELIANE 2024	ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO (PEDAGOGO) NA ESCOLA PÚBLICA CATARINENSE: SIGNIFICADOS E SENTIDOS DA PROFISSÃO'	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14478464
A2	CORREA, SHIRLEI DE SOUZA.	O ASSISTENTE TÉCNICO-PEDAGÓGICO: ATRIBUIÇÕES LEGAIS E PRÁTICA PROFISSIONAL' 14/07/2013	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=169647
A3	JÚNIOR, JOSÉ FERREIRA DE MELO 28/02/2006	O PAPEL EXERCIDO PELO ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO – ATP NO PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR DA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO'	Trabalho anterior à Plataforma Sucupira

G	Descritores: “Assistente Técnico Pedagógico” AND “Contribuições “ AND “Educação” Total tese e dissertações: 5 Seleccionadas: 2		
Nº	Autor	Título	Referência do documento
G1	BURANELLO, LUCIANA VANESSA DE ALMEIDA	Classes de correção de fluxo e resolução de problemas: o olhar dos alunos, professores e assistente técnico-pedagógico	Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
G2	SOUZA, VALÉRIA DE	O perfil e a atuação do assistente técnico-pedagógico na rede de ensino público do Estado de São Paulo	Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
H	Descritores: “Assistente Técnico Pedagógico” AND “Atribuições” AND “Educação” Total tese e dissertações: 2 Seleccionadas: 1		
Nº	Autor	Título	Referência do documento
H1	CORREA, SHIRLEI DE SOUZA.	O ASSISTENTE TÉCNICO-PEDAGÓGICO: ATRIBUIÇÕES LEGAIS E PRÁTICA PROFISSIONAL' 14/07/2013	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/publi c/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=169647
J	Descritores: “Políticas Públicas” AND “Assistente Técnico Pedagógico” AND “Contribuições” Total tese e dissertações: 1 Seleccionadas: 1		
Nº	Autor	Título	Referência do documento
J1	BURANELLO, LUCIANA VANESSA DE ALMEIDA	Classes de correção de fluxo e resolução de problemas: o olhar dos alunos, professores e assistente técnico-pedagógico	Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
K	Descritores: “Políticas Públicas” AND “Assistente Técnico Pedagógico” AND “Santa Catarina”		

	Total tese e dissertações: 1 Selecionadas: 1		
Nº	Autor	Título	Referência do documento
K1	LOPES, ROSANGELA APARECIDA DOS SANTOS	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO ATRIBUTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: ESCOLAS ESTADUAIS DE MAFRA-SC	https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7654770

Fonte: Elaborada pela autora com base no catálogo de teses e dissertações (CAPES, 2025).

Na Tabela 5, estão presentes as dissertações que mais se aproximam da temática em questão. Na tabela 4 o item I, que representa o descritor da tabela 3, não foi descrito por não obter nenhum resultado.

Com a pesquisa bibliográfica anotada, vem buscar por temáticas com afinidade a da pesquisa em foco, se faz necessário a busca pelo tema da própria pesquisa, para assegurar que seja único e legítimo.

Neste percurso da pesquisa estamos ligados às origens do conhecimento, como o empirismo que valoriza as experiências que tivemos, associada a racionalidade, ou seja, a razão pela qual se tem o objetivo de aprimorar o conhecimento. Desta forma tem-se a pesquisa sistematizada, que é um método de investigação que visa identificar, avaliar, e sintetizar evidências relevantes sobre as dissertações identificadas na tabela 5.

A bibliografia sintetizada é nominada de leitura flutuante dos trabalhos que compõem a Bibliografia Anotada. Para tal, é realizada a leitura dos resumos para verificar a adequação da publicação ao objetivo do estado do conhecimento proposto, Morosini (2021, p.134). Para a realização da bibliografia sintetizada serão mencionadas as seguintes dissertações que possuem publicações na Plataforma CAPES.

Tabela 6 - Bibliografia Sintetizada

	Objetivo	Metodologia
A1	O objetivo central foi compreender as	A pesquisa realizada é de natureza

	finalidades do cargo de Assistente Técnico Pedagógico (pedagogo) das escolas da rede pública estadual de Santa Catarina - SC.	qualitativa, sendo também exploratória, com estudo documental, descritivo e interpretativo. Foram utilizadas entrevistas com 8 (oito) servidores (ativos/inativos/desligados) da Secretaria da Educação (SED) do Estado de Santa Catarina para a coleta de dados.
H1	Teve como objetivo estabelecer relações entre as atribuições legais e as praticadas pelo Assistente Técnico Pedagógico. Foram mapeados os elementos sobre o surgimento deste cargo para a compreensão de sua trajetória, cujas características estão estreitamente ligadas à questão do trabalho pedagógico desenvolvido na escola	Os sujeitos da pesquisa foram constituídos de profissionais efetivos e atuantes no cargo em questão nas escolas públicas estaduais de Santa Catarina, vinculadas a 17ª GERED de Itajaí.
K1	Este trabalho objetiva analisar a avaliação institucional como atributo da gestão democrática comprometida com a formação humana, tomando como universo três escolas públicas estaduais localizadas na periferia do município de Mafra – SC, com bom desempenho dos estudantes nos IDEB de 2007 a 2015.	Pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada no método dialético, na concepção do materialismo histórico, por compreender que o objeto de estudo “avaliação institucional” está imerso numa realidade concreta material.

Fonte: Elaborada pela autora com base no catálogo de teses e dissertações (CAPES, 2025).

Com a finalização das buscas, deixando-a mais restrita aos resultados alcançados, a análise das dissertações fica mais objetiva, organizada e possibilita analisar os documentos com maior afinidade ao tema que me proponho a pesquisar. Foram analisadas três dissertações de mestrado que estão disponíveis no acesso na Plataforma da CAPES. As demais dissertações possuem proximidade com o tema em pesquisa, mas são utilizadas por não termos acesso aos mesmos, na referida plataforma.

O título da Dissertação de Filippini (2024) Assistente Técnico Pedagógico (pedagogo) na escola pública catarinense: significados e sentidos da profissão, discutiu a compreensão da finalidade do cargo nas escolas da rede pública estadual

de Santa Catarina - SC. Além dos aspectos legais Filippini (2024) teve como base teórica: os estudos Autores que ajudaram a elucidar o contexto pesquisado foram: Libâneo (2007; 2010; 2021; 2022); Saviani (1999; 2007; 2008; 2011; 2020); Gatti et al. (2019); Pinto (2006); Pimenta (2021); Pimenta, Pinto e Severo (2022); Cury (1986); Frigotto (1997; 2009); Cunha, Sousa e Silva (2023); e Evangelista (2014). Foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, a coleta de dados aconteceu através de duas técnicas: análise de documentos e entrevista semiestruturada.

O estudo apresentou um cenário apresentado que sugere, assim, um redimensionamento do valor das interações sociais (entre todos os agentes do processo educativo) no contexto escolar. As interações são condições necessárias para a produção de conhecimento, especialmente quando permitem o diálogo, a cooperação e a troca de informações, o confronto de pontos de vista divergentes e que implicam em uma organização da equipe gestora e pedagógica, em que cada um tem uma responsabilidade na busca dos objetivos numa perspectiva humanizante, emancipadora e democrática.

A segunda dissertação analisada tem como título: O Assistente Técnico-pedagógico: atribuições legais e prática profissional. A dissertação de Correa (2013) buscou estabelecer relações entre as atribuições legais e as praticadas pelo Assistente Técnico Pedagógico, onde foram mapeados os elementos sobre o surgimento deste cargo para a compreensão de sua trajetória, cujas características estão estreitamente ligadas à questão do trabalho pedagógico desenvolvido na escola. Autores como Placco e Souza (2010), Pinto (2011), Geglio (2010) dentre outros, propiciaram a realização da fundamentação teórica deste trabalho e contribuições importantes para a elaboração de contrapontos no que tange à concepção de coordenador/coordenação pedagógica na atualidade.

A pesquisa de cunho qualitativo, revisão bibliográfica, com coleta de dados, centrada em entrevistas semi-estruturadas e realização de um grupo focal. A prática desenvolvida foi realizada com Assistente Técnico-pedagógico das escolas públicas estaduais de Santa Catarina, vinculadas a 17ª GERED de Itajaí.

Para Corrêa (2013) entendeu que para estes profissionais conviver com as singularidades da escola é também conviver com um cotidiano marcado pela interrupção e pela surpresa, o que tem uma representatividade negativa no seu cotidiano. Eles exercem um trabalho sem planejamento, pautado em escolhas e com

atendimentos prioritários, pois a demanda da escola apresenta muitas exigências. E, ao atentar para as necessidades, muitas vezes burocráticas, deixam de atuar no âmbito das atividades pedagógicas. Que o resultado deste estudo contribua para uma reflexão mais crítica sobre o Assistente Técnico-pedagógico, principalmente no que tange à sua prática vivenciada nas escolas. E que sirva principalmente para reafirmar a potencialidade destes profissionais que, para isso, necessitam repensar, analisar e discutir seu trabalho com base em experiências e estudos a respeito da temática coordenação pedagógica.

Na terceira dissertação analisada tem como título: Avaliação Institucional como atributo da gestão democrática: escolas estaduais de Mafra-SC. Onde a dissertação de Lopes (2019) objetiva analisar a avaliação institucional como atributo da gestão democrática comprometida com a formação humana. Buscando compreender o objeto de estudo. Pesquisa fundamenta-se em Oliveira (2000, 2001, 2004), Shiroma (2004, 2011), Freitas (2004, 2006, 2007, 2009, 2017), Dias Sobrinho (1995, 2002, 2005, 2010), Frigotto (1993, 1998, 2001, 2003), Ferreira (2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2006, 2008, 2017), Dourado (1998, 2006, 2008, 2009, 2017), Paro (1996, 1997, 1999, 2000, 2003, 2007, 2009), Saviani (1991, 1997, 2009, 2016) e Cury (1989, 2005, 2012).

A análise das bases legais da gestão democrática para o ensino fundamental e os programas de formação para a gestão democrática e avaliação institucional em âmbito nacional e no estado de Santa Catarina mostra-se como fatores de suma importância para a melhoria da atuação do gestor escolar, refletindo, conseqüentemente, nas ações do coletivo escolar. Onde a (re)tomada da organização do trabalho pedagógico como um processo coletivo (re)dimensiona sua ação avaliativa comprometida com a formação humana.

A pesquisa de Lopes, apresenta uma abordagem qualitativa, fundamentada no método dialético, na concepção do materialismo histórico. Buscou levantar e analisar os dados empíricos, bibliográficos e documentais das políticas públicas educacionais no Brasil e do Estado de Santa Catarina, bem como o levantamento dos resultados da SAGE-SC - Sistemática de Avaliação da Gestão Escolar de Santa Catarina referente ao ano de 2016. Utilizou entrevista semiestruturada com a Equipe Gestora (um gestor escolar e um Assistente técnico pedagógico - ATP) e um membro do Conselho Deliberativo (professor) de cada instituição de ensino.

Neste percurso do estado do conhecimento, a busca e análise de dissertações que possam contribuir com a pesquisa em desenvolvimento, percebemos que dos três trabalhos analisados, dois estão relacionados a políticas públicas e um à formação dos profissionais. Onde as dissertações que estão na linha políticas públicas, se assemelha a referida pesquisa. Apresentam objetivos diferentes, uma busca apresentar a compreensão das finalidades do cargo de Assistente Técnico Pedagógico e a outra busca estabelecer relações entre as atribuições legais e as praticadas pelo Assistente Técnico Pedagógico.

Nesta última dissertação, apresenta maior semelhança a pesquisa em desenvolvimento, percebe-se que se diferem no tipo de pesquisa e local de comparação das atribuições em relação às contribuições dos ATP. O que se mostram dissertações necessárias e relevantes, pois proporcionam não apenas subsídios para a construção da dissertação, mas também promovem o crescimento pessoal e profissional do pesquisador.

Dessa forma, constata-se que o tema, embora presente em discussões mais amplas no campo educacional, ainda carece de estudos específicos que abordem de maneira aprofundada o papel do assistente técnico pedagógico em Santa Catarina, especialmente sob a ótica das políticas públicas. A ausência de produções acadêmicas que investiguem diretamente essa temática evidencia uma lacuna no campo científico, reafirmando a originalidade e a pertinência da presente investigação. Assim, o estudo propõe-se a contribuir de forma inovadora para a área educacional, oferecendo subsídios teóricos e práticos que possam ampliar a compreensão sobre as atribuições e as contribuições desse profissional para o processo de ensino-aprendizagem, colaborando também para o fortalecimento das políticas educacionais no contexto catarinense.

1.5 Metodologia

Ao ingressar em uma pesquisa científica, é comum que o pesquisador esteja imerso em uma multiplicidade de ideias, inquietações e possibilidades investigativas. Entretanto, à medida que o percurso acadêmico se desenvolve, torna-se necessário adotar uma postura reflexiva e sistemática, capaz de delimitar o objeto de estudo, definir objetivos e estabelecer procedimentos metodológicos coerentes com a

natureza da investigação. A construção de uma dissertação exige, portanto, um processo contínuo de análise, revisão e amadurecimento teórico, permitindo que o pesquisador desenvolva uma investigação cientificamente fundamentada e socialmente relevante.

Realizar uma pesquisa científica envolve mais do que a simples busca por informações. Trata-se de um processo de produção de conhecimento que parte de um problema, de uma inquietação ou de uma questão que demanda compreensão mais aprofundada. Conforme Deslandes e Neto (1994), toda pesquisa nasce de uma pergunta articulada a conhecimentos já existentes, os quais frequentemente exigem a construção de novos referenciais teóricos para sua compreensão. Para os autores, a metodologia representa o caminho do pensamento e da prática exercida na abordagem da realidade investigada, ocupando papel central na construção do conhecimento científico.

Nessa perspectiva, Creswell (2007) destaca que a preocupação do pesquisador deve concentrar-se não apenas nos resultados obtidos, mas também nos processos por meio dos quais os fenômenos se manifestam, nas relações estabelecidas entre os sujeitos e nos significados atribuídos às experiências vivenciadas. Tal compreensão mostra-se particularmente relevante para esta pesquisa, que busca analisar a relação entre as atribuições dos Assistentes Técnicos Pedagógicos previstas nas políticas públicas educacionais e sua efetivação no cotidiano das escolas da rede estadual de ensino de Santa Catarina.

A definição da metodologia exige que o pesquisador compreenda os diferentes tipos de pesquisa e selecione aqueles mais adequados aos objetivos propostos. Conforme Pereira et al. (2018), a escolha metodológica deve estar alinhada à natureza do problema investigado, permitindo a construção de proposições científicas capazes de contribuir para a compreensão do fenômeno estudado.

A tabela 7, apresenta entre as diferentes abordagens metodológicas, as que se destacam as pesquisas qualitativas, quantitativas e mistas, cada uma delas orientada por pressupostos específicos e adequada a diferentes objetos de investigação.

Tabela 7 - Diferenças entre pesquisa qualitativa e quantitativa

Autores -	Pesquisa Qualitativa	Pesquisa Quantitativa
-----------	----------------------	-----------------------

Referência		
Prodanov e Freitas (2013)	“[...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.” (p. 70).	“[...] considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las.” (p. 69)
Tozoni-Reis (2009)	“[...]aprofunda-se naquilo que não é aparente” (p. 10).	“[...] dá ênfase aos dados visíveis e concretos” (p. 10).
Gerhardt e Silveira (2009)	“[...] não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (p. 31).	“[...] se centra na objetividade [...]recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc.” (apud FONSECA, 2002, p. 33).
Chizzotti (1995)	“[...] fundamentam-se em dados coligidos nas interações interpessoais, na coparticipação das situações dos informantes, analisadas a partir da significação que estes dão aos seus atos” (p. 51).	“[...] prevêm a mensuração de variáveis preestabelecidas, procurando verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis, mediante a análise da frequência de incidências e de correlações estatísticas” (p. 51).
Moreira e Caleffe (2008)	“[...] explora as características dos indivíduos e cenários que não podem ser facilmente descritos numericamente” (p. 73).	“[...] explora as características e situações de que dados numéricos podem ser obtidos e faz uso da mensuração e estatísticas” (p. 73).

Fonte: Elaboração própria com base em Moreira, Silva e Ferrari (2022).

A pesquisa qualitativa busca compreender fenômenos sociais e humanos em profundidade, explorando significados, percepções, experiências e relações construídas pelos sujeitos em seus contextos de atuação. Trabalha predominantemente com dados não numéricos, obtidos por meio de entrevistas, observações, documentos, registros e narrativas, exigindo do pesquisador um processo interpretativo permanente. Conforme Minayo (2001), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, preocupando-se com um nível de realidade

que não pode ser quantificado.

A pesquisa quantitativa, por sua vez, busca medir fenômenos, estabelecer relações entre variáveis e produzir resultados passíveis de generalização por meio da utilização de procedimentos estatísticos. Já a pesquisa mista procura integrar elementos qualitativos e quantitativos, ampliando as possibilidades de compreensão do objeto investigado.

Considerando os objetivos da presente investigação, a abordagem qualitativa mostra-se a mais adequada para compreender a atuação dos Assistentes Técnicos Pedagógicos no contexto das políticas públicas educacionais do Estado de Santa Catarina. A natureza do problema de pesquisa exige a análise de significados, interpretações, atribuições profissionais e relações estabelecidas entre os documentos normativos e a realidade vivenciada nas instituições escolares, aspectos que não podem ser compreendidos exclusivamente por meio de dados numéricos.

A opção pela pesquisa qualitativa decorre também da necessidade de interpretar os sentidos presentes nas legislações educacionais, nas políticas públicas e nas práticas desenvolvidas pelos profissionais investigados. Nesse sentido, a presente investigação busca compreender não apenas quais são as atribuições legalmente estabelecidas para os Assistentes Técnicos Pedagógicos, mas também como essas atribuições são compreendidas, implementadas e materializadas na prática educacional.

A presente dissertação fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, valendo-se da articulação entre pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e observação sistemática, por serem metodologias adequadas à natureza do objeto de estudo e aos objetivos propostos pela investigação.

A pesquisa bibliográfica será desenvolvida a partir da seleção criteriosa de livros, artigos científicos, dissertações, teses e demais produções acadêmicas relacionadas às políticas públicas educacionais, à gestão da educação e à atuação dos Assistentes Técnicos Pedagógicos. Conforme Gil (2002), a pesquisa bibliográfica possibilita ao pesquisador dialogar com o conhecimento já produzido, contribuindo para a construção do referencial teórico da investigação.

A pesquisa documental terá como foco a análise de legislações, diretrizes, normativas, portarias e documentos oficiais produzidos pelos órgãos responsáveis pela educação em âmbito nacional e estadual. Segundo Evangelista (2012), o

pesquisador aproxima-se do documento com intencionalidade científica, selecionando fontes capazes de responder às questões formuladas pela pesquisa.

1.5.1 Corpus documental da pesquisa

O corpus documental desta pesquisa será constituído por legislações, normativas, diretrizes, portarias, documentos orientadores e demais instrumentos oficiais relacionados à organização da educação pública e à atuação dos Assistentes Técnicos Pedagógicos no Estado de Santa Catarina.

São analisados documentos de abrangência nacional e estadual, buscando compreender como as políticas públicas educacionais estruturam as atribuições desses profissionais e orientam sua atuação no ambiente escolar. Entre os documentos nacionais destacam-se a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação e demais normativas relacionadas à organização da educação básica brasileira.

No âmbito estadual, serão examinadas legislações, decretos, portarias, orientações normativas e documentos expedidos pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina que regulamentam a atuação dos Assistentes Técnicos Pedagógicos e a organização das equipes pedagógicas das escolas estaduais.

A seleção desses documentos fundamenta-se na necessidade de compreender os referenciais normativos que orientam as atribuições dos ATPs, possibilitando analisar a coerência entre as determinações legais e as contribuições efetivamente produzidas por esses profissionais no contexto escolar.

Além da análise documental e bibliográfica, a pesquisa contou com registros provenientes da observação sistemática realizada no contexto da Coordenadoria Regional de Educação de Palmitos e das escolas estaduais vinculadas à sua abrangência. As observações serão registradas em diário de campo, instrumento que permitirá documentar situações, práticas profissionais, interações institucionais e elementos relacionados à atuação dos Assistentes Técnicos Pedagógicos.

Observações do cotidiano profissional é um importante instrumento da pesquisa qualitativa, pois possibilita vivenciar experiências e reflexões produzidas ao longo do processo investigativo, contribuindo para a interpretação dos dados documentais e para a compreensão das relações existentes entre as atribuições previstas nas normativas educacionais e sua efetivação na realidade escolar.

Estas observações cotidianas não terão a finalidade de avaliar individualmente profissionais ou instituições, mas subsidiar a compreensão do fenômeno investigado à luz das políticas públicas educacionais e dos objetivos propostos pela pesquisa.

Segundo Minayo (1994), a pesquisa é o que alimenta a atividade de ensino, mantendo-a atualizada diante das transformações da realidade social. Fávero e Centenaro (2019) destacam que a pesquisa documental permite captar significados presentes nos textos e nas experiências dos sujeitos, exigindo do pesquisador postura crítica e interpretativa diante dos documentos analisados.

Necessário ainda tratar dos procedimentos de análise. Conforme Minayo (2007), estes dizem respeito às formas de organização dos dados e aos caminhos utilizados para a construção das interpretações produzidas pelo pesquisador.

Para orientar a análise dos dados foram definidas três categorias centrais de investigação:

- a) Políticas Públicas Educacionais;
- b) Atribuições do Assistente Técnico Pedagógico em Santa Catarina;
- c) Contribuições do Assistente Técnico Pedagógico para a gestão pedagógica e para a qualidade da educação.

Essas categorias foram construídas a partir do problema de pesquisa, dos objetivos estabelecidos e do referencial teórico adotado, constituindo o eixo estruturante da análise documental e dos registros produzidos durante a investigação. A análise dos dados é realizada por meio da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), que oferece procedimentos sistemáticos para organização, categorização, tratamento e interpretação das informações coletadas. Segundo a autora, trata-se de um conjunto de técnicas de análise das comunicações que permite identificar regularidades, padrões e significados presentes nos documentos analisados.

Dessa forma, a articulação entre pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação sistemática, análise de conteúdo possibilitará compreender como as políticas públicas educacionais do Estado de Santa Catarina orientam as atribuições dos Assistentes Técnicos Pedagógicos e em que medida sua atuação contribui para a organização pedagógica, para a gestão escolar e para a qualidade dos processos educativos.

1.5.2 Percurso da Pesquisa

Segundo Ramos (2010), o termo percurso remete ao caminho trilhado, às etapas percorridas e às direções assumidas durante determinado processo investigativo. No âmbito da pesquisa científica, o percurso representa o conjunto de ações, reflexões, decisões metodológicas e procedimentos desenvolvidos pelo pesquisador para alcançar os objetivos propostos e responder ao problema de pesquisa.

A construção desta dissertação foi sendo delineada ao longo das disciplinas cursadas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus de Frederico Westphalen/RS. Os estudos desenvolvidos durante o curso contribuíram para o amadurecimento do objeto de pesquisa, para a delimitação do problema investigado e para a definição dos referenciais teóricos e metodológicos que fundamentam o trabalho.

A primeira etapa da investigação consistiu na definição da temática de estudo e na delimitação do objeto de pesquisa. Esse processo teve origem nas experiências profissionais da pesquisadora junto à Coordenadoria Regional de Educação de Palmitos/SC, especialmente a partir da observação das atividades desenvolvidas pelos Assistentes Técnicos Pedagógicos e das inquietações relacionadas às atribuições e contribuições desses profissionais no contexto das políticas públicas educacionais.

Na segunda etapa foi realizada a construção do Estado do Conhecimento, por meio do levantamento e análise da produção científica existente acerca da temática investigada. Essa fase compreendeu a pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a seleção dos descritores relacionados ao objeto de estudo, a análise das produções encontradas e a identificação das principais contribuições e lacunas

presentes na literatura acadêmica. O desenvolvimento dessa etapa permitiu compreender o estágio atual das pesquisas relacionadas ao Assistente Técnico Pedagógico e reforçou a relevância científica da presente investigação.

A terceira etapa correspondeu à construção do referencial teórico, contemplando estudos relacionados às políticas públicas educacionais, à gestão da educação, à organização dos sistemas de ensino e à atuação dos profissionais que compõem as equipes pedagógicas das escolas. Nessa fase também foram analisadas diferentes perspectivas teóricas acerca da produção do conhecimento e das políticas públicas, fornecendo sustentação conceitual para a compreensão do objeto investigado.

Na quarta etapa foi realizada a identificação, seleção e organização do corpus documental da pesquisa. Foram reunidos documentos normativos de abrangência nacional e estadual, incluindo legislações, decretos, diretrizes, portarias e orientações oficiais relacionadas à educação pública e às atribuições dos Assistentes Técnicos Pedagógicos no Estado de Santa Catarina. Essa etapa buscou reunir os documentos que estruturam e orientam a atuação desses profissionais no contexto escolar.

A quinta etapa compreende a análise documental propriamente dita, realizada a partir da leitura, sistematização e categorização dos documentos selecionados. Nessa fase, busca-se identificar os fundamentos das políticas públicas educacionais, as atribuições formalmente estabelecidas aos Assistentes Técnicos Pedagógicos e os sentidos presentes nos documentos oficiais relacionados à sua atuação profissional.

Paralelamente à análise documental, foram realizados registros de observação sistemática e anotações em diário de campo decorrentes da atuação profissional da pesquisadora junto à Coordenadoria Regional de Educação de Palmitos. Esses registros possibilitam ampliar a compreensão acerca da materialização das políticas públicas educacionais e da atuação dos Assistentes Técnicos Pedagógicos na realidade das escolas estaduais.

Na etapa seguinte, os dados produzidos pela pesquisa bibliográfica, documental e pelas observações de campo serão organizados e analisados à luz das categorias definidas para a investigação: Políticas Públicas Educacionais; Atribuições do Assistente Técnico Pedagógico em Santa Catarina; e Contribuições do Assistente Técnico Pedagógico para a gestão pedagógica e para a qualidade da

educação. Para tanto, serão utilizados os pressupostos da Análise de Conteúdo de Bardin (2016) permitindo interpretar os significados presentes nos documentos e nas práticas observadas.

Por fim, a etapa conclusiva da pesquisa consistirá na articulação entre os referenciais teóricos, os documentos analisados e os dados produzidos ao longo da investigação, buscando responder ao problema de pesquisa e alcançar os objetivos propostos. Espera-se, com isso,

contribuir para a ampliação do conhecimento acerca da atuação dos Assistentes Técnicos Pedagógicos, para o fortalecimento de sua identidade profissional e para o aprimoramento das políticas públicas educacionais voltadas à gestão pedagógica e à qualidade da educação no Estado de Santa Catarina.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

Este capítulo tem o objetivo compreender e explorar, campo teórico do conhecimento das políticas públicas, desde a Constituição Federal de 1988, as Legislações do Estado de Santa Catarina, buscando contextualizar e ter clareza dos conceitos que circundam o tema.

As Políticas Públicas tratam de um campo de conhecimento importante pois está relacionado às instituições que possuem regras e modelos que dão amparo nas tomadas de decisões.

Esta área do conhecimento começou a ter maior visibilidade devido a políticas restritivas de gastos, incluindo o que é real na agenda e o que se é possível executar. Outro fator que auxiliou, que faz a política pública ser mais estudada e compreendida, diz respeito ao papel dos governos, que visam adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa, fazer uma governança equilibrada pautada na política restritiva de gastos. Outro fator importante é as coalizões políticas capazes de desenhar e impulsionar o desenvolvimento econômico, promovendo a inclusão social.

A política pública como área do conhecimento nasceu nos Estados Unidos como uma disciplina acadêmica, rompendo etapas que antes se concentravam sobre o Estado e nas instituições, do que na produção dos governos (Souza, 2006, p. 21).

A política pública surgiu baseando-se em teorias explicativas sobre o papel do

Estado e do governo como produtor de políticas públicas. Nos governos temos aquilo que se faz ou deixa de fazer, buscando entender por que os governos optam por determinadas ações (Souza, 2006, p. 22).

A *policy analysis* (análise política pública), essa expressão foi introduzida por H. Laswell, (1936), sendo uma forma de conciliar o conhecimento científico acadêmico com a produção empírica dos governos, estabelecendo um diálogo entre cientistas sociais, interesses de grupos e governo (Souza, 2006, p. 23).

A *policy makers* (decisores políticos), expressão introduzida por H. Simon, (1957), que a limitação da racionalidade dos decisores públicos é limitada por problemas como informações incompletas, auto-interesse (Souza, 2008, p.23). Esse comportamento dos atores busca a maximização de interesses próprios.

Para Souza, Lindblom, questionou Laswell e Simon,

Propondo a incorporação às relações de poder e a integração de fases do processo decisório, incorporando a formulação, análise, questões de racionalidade, burocracias, dos partidos, grupos de interesse e eleições. E Easton contribuiu que a política pública tem uma relação entre formulação e resultados e que a mídia e os grupos de interesse influenciam os resultados e efeitos Souza (2006, p. 24).

A partir destas reflexões, é possível compreender as políticas públicas, como vem mudando e aperfeiçoando seu conceito para um melhor entendimento, dos grupos de interesses e buscando ampliar a inclusão social.

Quando nós nos questionamos ou somos questionados, sobre o que são políticas públicas, temos insegurança em responder, pois muitos não tem um conceito construído, não temos um entendimento para responder com clareza. Pois muitas vezes, pensamos que este termo seja de responsabilidade, de conhecimento e entendimento dos governos. Pelo contrário, as políticas públicas são criadas para a população, isso não pertence exclusivamente aos governos, isso diz muito mais a respeito de nós do que dos governos.

Nesta perspectiva de compreensão de políticas públicas, percebe-se a existência de uma ligação entre o governo e sociedade, conforme refere-se Riboli:

As políticas públicas, em uma dimensão geral, significam o conjunto de ações de natureza estatal que tem como propósito assegurar a efetivação do bem-estar da população, contemplando o interesse público. Elas são as responsáveis pela ligação entre o Estado e a sociedade e decorrem de decisões políticas de governo. Podem ter origem constitucional ou em outras leis. Elas direcionam as ações dos governos,

orientando um planejamento e seu desdobramento até a sua efetivação aos beneficiários (Riboli, 2021, p. 207).

Pela busca em desmistificar um pouco as políticas públicas é necessário pesquisar, ler e compreender, para que se possa quebrar os paradigmas e pensamentos que políticas públicas se remetem somente a partidos políticos.

Em regra, não se tem uma melhor definição para as políticas públicas, para alguns elas se enfatizam na resolução de problemas, onde existem argumentos que ignoram a essência da política pública e esquecem aspectos racionais e procedimentais, ficam em torno de ideias e interesses, dos governos, o foco é deixando de lado, ficam de fora as possibilidades de cooperação entre governos e grupos sociais ou instituições.

As políticas públicas são campos multidisciplinares que repercutem na economia e na sociedade, nas inter-relações que envolvem o Estado. Por essa razão existem várias disciplinas que pesquisam/estudam as políticas públicas, que partilham de um interesse comum e visam avanços teóricos e empíricos.

O campo de conhecimento da política pública busca colocar o governo em ação, analisar ações, propor mudanças no rumo dessas ações. Onde os governos democráticos traduzem seus propósitos eleitorais em ações que produzirão resultados ou mudanças reais para a população. Trazendo consigo as teorias e métodos, um olhar holístico, formulando planos, programas, projetos, que quando implementados ficam submetidos a sistemas de acompanhamento e avaliação, sendo aprovados por uma nova legislação.

Ao falar sobre políticas públicas, remete-se aos governos, o que cabe aos mesmos, quais as percepções, entendimento e concepções da política pública. Em alguns governos tem-se a participação de instituições e grupos de interesses nas decisões e implementação de políticas públicas. Onde em outros governos não se tem esta participação, são decisões exclusivas por aqueles que estão no poder, interesse de uma determinada classe social.

No campo de conhecimento da política pública muito estudado e ainda com grande necessidade de aprimoramento se encontram muitas discussões e considerações que se encaixam em diferentes formas de desenvolvimento da política pública, por governos, com ou não a participação de grupos de interesses. Além disso, também é estudado os diferentes tipos de políticas públicas, inseridos nos governos, conforme seus próprios interesses.

Para Theodor Lowi, a política pública pode ter quatro formatos:

O primeiro é uma política distributiva, onde as decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, geram impactos mais individuais do que ao privilegiar grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. O segundo é das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro formato é das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros, como sistema tributário. O quarto formato é o das políticas constitutivas que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas vai gerando pontos ou vetos diferentes, o que vem somando no processo (Souza, 2006, p.28).

Na visão de Lindblom, Caiden e Wildavski, as políticas públicas têm uma visão mais incremental, onde os recursos governamentais para programas, órgãos ou dada política pública não partem do zero e sim de decisões marginais e incrementais que desconsideram mudanças políticas ou substantivas nos programas públicos (Souza, 2006, p. 29). Este modelo perde força devido ao ajuste fiscal. Mas é do incrementalismo que vem a visão de decisões passadas constroem decisões futuras e limitam a capacidade dos governos de adotar novas políticas públicas.

Diferentes formas de analisar e descrever a política pública é benéfico, pois evidencia um pluralismo de ideias e concepções, podendo ser usadas nas diferentes formas de sua aplicabilidade governamental. Permitindo que a política pública seja vista um ciclo deliberativo, constituído por um processo dinâmico e de aprendizagem. Neste processo os governos definem suas agendas, podendo focalizar em problemas, mas para isso é necessário ter uma definição dos problemas e como isso poderá afetar os resultados da agenda. Onde está agenda pode ser uma construção coletiva sobre as necessidades de se enfrentar determinado problema, às vezes relacionado a ideologias, é um fator poderoso, constituído mais por barganha do que por persuasão quando do ponto de partida. Na agenda se determina os participantes da agenda como visíveis (políticos, grupos de pressão) e os invisíveis (acadêmicos e burocracia), onde os participantes visíveis que definem a agenda, com incentivo ou veto, já os invisíveis definem as alternativas para o problema.

Ainda sobre as escolhas políticas ou agenda políticas, Cohen March e Olsen, argumentam que “as escolhas das políticas públicas, como se as alternativas estivessem em uma “lata de lixo”, onde existem vários problemas e poucas soluções” (Souza, 2006, p. 30). Onde estas soluções não seriam devidamente

analisadas e dependem da gama de soluções que os decisores (*policy makers*) têm no momento. As organizações constroem as preferências e não as preferências constroem as ações, buscando soluções colocadas pelos partidos à medida que as preferências aparecem.

No ponto de vista de Jenkins-Smith, a política pública deveria ser concebida como um conjunto de subsistemas estáveis que se articulam com acontecimentos externos, contrariando o modelo de *garbage can*. Onde Sabatier e Jenkins-Smith defendem que a política pública deve ter crenças, valores e idéias (Souza, 2006, p. 31).

Em um modelo de política pública como arena sociais, onde empreendedores políticos transformam uma circunstância ou evento em um problema e convencem de que algo precisa ser feito, isso acontece quando os *policy makers* do governo prestam atenção em algumas coisas e ignoram outras, com foco de relações de vínculos e trocas entre entidades e indivíduos.

Segundo Olson, um interesse público não é a soma dos interesses dos grupos. Assim, a boa política pública não poderia resultar da disputa entre grupos, mas de uma análise racional (Souza, 2006, p. 34).

Das definições sobre políticas públicas aos modelos de políticas públicas, são campos de conhecimento em pesquisa e estudos presentes. Mas o que é importante ressaltar que a política pública permite distinguir o que o governo pretende fazer e o que de fato faz. Onde podem envolver vários participantes formais ou informais nas decisões. A política pública se apresenta muito abrangente, não se restringe a leis e regras, é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. O que pode resultar em impactos a curto ou longo prazo, onde este processo implica na implementação, execução e avaliação.

2.1 Das políticas públicas aos documentos da educação

A relação entre políticas públicas e educação é fundamental para o desenvolvimento social e econômico de um país. Onde as políticas públicas eficazes possam garantir que todos os cidadãos, independentemente de sua origem social, tenham acesso à educação de qualidade, reduzindo as desigualdades. Estabelecendo padrões, leis e diretrizes que visam melhorar a qualidade do ensino, desde a formação de professores, a infraestrutura das escolas, a integração de

novas tecnologias na educação, promovem a inclusão social e a formação de uma consciência cidadã, preparando os indivíduos para participarem ativamente da sociedade. Definir mecanismos de monitoramento e a avaliação do sistema educacional, ajudando a identificar problemas, a implementar melhorias pode enriquecer o aprendizado e preparar os alunos para os desafios do século XXI.

Neste viés, as políticas públicas têm um papel crucial e determinante na formação e melhoria da educação, estabelecendo leis, diretrizes, recursos e regulamentações que influenciam o sistema educacional. Elas visam garantir acesso, equidade e qualidade, abordando desigualdades sociais e promovendo o desenvolvimento sustentável.

2.2 Constituição Federal

Nesta perspectiva, a Constituição Federal Brasileira de 1988 estabelece e define a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família. Esse dispositivo fundamenta políticas públicas que buscam garantir acesso universal e equitativo à educação de qualidade. Ressaltando princípios como a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a liberdade de aprender e a valorização do profissional da educação.

Assim, a Constituição orienta a formulação de políticas que visam combater desigualdades e promover uma educação inclusiva e de qualidade. Estabelece que a União, Distrito Federal, Estados e Municípios, organizem seus sistemas de ensino, cabendo, ainda, à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva, garantindo o que vai ter na educação.

Além dos governos, é importante a participação da comunidade e da família na educação, conforme previsto na Constituição, que fala sobre a gestão democrática do ensino. Promovendo uma educação com políticas de inclusão e de programas voltados à busca por equidade, uma educação cidadã, que forme indivíduos críticos e participativos.

Na busca de uma educação de qualidade, inclusiva, que visa a participação da sociedade, é relevante destacar a importância da formação dos professores. A constituição estabelece princípios que a formação dos docentes deve ser garantida por meio de cursos de graduação e programas de formação continuada. Buscando

promover a qualificação e atualização dos professores, que possa contribuir para desenvolvimento profissional e a melhoria do ensino. O que garanta a melhoria da qualidade educacional.

Para que estas garantias e melhorias no âmbito educacional, foram criadas especificamente as políticas públicas educacionais constituem-se como ações planejadas do Estado voltadas à garantia do direito à educação e à organização dos sistemas de ensino. No Brasil, essas políticas estão fundamentadas na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), que define princípios como a gestão democrática, a equidade e a qualidade social da educação.

Conforme Saviani (2012), às políticas educacionais expressam projetos de sociedade, uma vez que refletem escolhas políticas que interferem diretamente na organização da escola e no processo educativo, no âmbito estadual de Santa Catarina, estas políticas públicas educacionais ganham materialidade por meio de legislações específicas, diretrizes curriculares e normas que regulamentam a carreira e as funções dos profissionais da educação. Em Santa Catarina, a criação e regulamentação do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, por meio da Lei Complementar nº 288/2005, evidencia como as políticas públicas redefinem a organização do trabalho pedagógico, buscando fortalecer o apoio técnico e formativo às escolas. Conforme destaca Paro (2016), políticas educacionais que valorizam as funções pedagógicas contribuem para que a escola pública cumpra sua função social, ao articular gestão, ensino e participação coletiva.

As políticas públicas educacionais também são fundamentais para a valorização dos profissionais da educação, ao assegurar formação continuada, condições de trabalho e reconhecimento das diferentes funções exercidas no contexto escolar. Para Libâneo (2013), essas políticas voltadas à formação e à organização do trabalho pedagógico fortalecem o caráter coletivo da escola e contribuem para a melhoria da qualidade do ensino. Nesse sentido, a atuação integrada entre diretor escolar, coordenador pedagógico e Assistente Técnico Pedagógico é resultado de políticas que incentivam a corresponsabilidade e a cooperação no ambiente escolar.

Além disso, as políticas públicas educacionais orientam a construção e a implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP), entendido como um instrumento central da gestão democrática. Segundo Veiga (2013), o PPP não se

resume a um documento formal, mas constitui-se em um processo coletivo e contínuo que expressa as intenções educativas da escola em consonância com as políticas educacionais vigentes. Dessa forma, as políticas públicas fornecem as diretrizes gerais, enquanto o PPP traduz essas orientações para a realidade concreta da escola.

Assim, as políticas públicas educacionais, quando articuladas à legislação e aos princípios da gestão democrática, desempenham papel essencial no fortalecimento da educação pública em Santa Catarina. Ao promoverem a participação, a valorização dos profissionais e a organização pedagógica das escolas, essas políticas contribuem para a construção de um sistema educacional mais equitativo, inclusivo e comprometido com a formação de cidadãos críticos. Como afirma Freire (1996), a educação é um ato político, e as políticas públicas educacionais devem estar comprometidas com a emancipação e a transformação social.

2.3 Lei de Diretrizes e Base da Educação

A educação nacional, está regulamentada na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação, fundamentada na Constituição Federal de 1988, vem para reforçar a necessidade de uma educação que respeite a diversidade cultural e promova a cidadania. Essa relação entre a Legislação e a educação é essencial para garantir um sistema educacional que atenda às demandas da sociedade.

A Lei nº 9.394/96, mais conhecida por Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ou ainda, apenas LDB, atua como marco regulatório que orienta a criação e a implementação de políticas públicas educacionais, assegurando que essas sejam coerentes com os princípios e direitos constitucionais.

A LDB é importante por diversas razões, por ser uma base legal que organiza e regula todos os níveis de educação no Brasil, desde a educação infantil até o ensino superior. Busca estabelecer direitos e deveres para alunos, professores e instituições, promovendo um ambiente educativo mais justo e equitativo. Além de reconhecer a importância dos profissionais da educação e exige uma formação adequada, essencial para a melhoria da qualidade do ensino. Promovendo a inclusão, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas condições,

tenham acesso à educação. Permite que os currículos sejam adaptados, flexibilizados às realidades locais, respeitando a diversidade cultural e regional do Brasil. Bem como define diretrizes para o financiamento da educação, orientando políticas que assegurem recursos adequados. Para garantir os recursos é necessário estabelecer mecanismos de avaliação do sistema educacional, contribuindo para a constante melhoria da qualidade da educação. Assim, a LDB é fundamental para a consolidação de uma educação de qualidade, inclusiva e democrática no Brasil.

Desde 1996, quando a LDB foi editada, sempre está sendo atualizada e alinhada a novas discussões cotidianas e atuais, que surgem no decorrer dos dias. Sobretudo abordando contextos atuais adaptados às novas demandas educacionais, como por exemplo a pandemia, como a educação remota e híbrida. Sendo necessário políticas que garantam a inclusão digital, essencial para o cumprimento dos direitos educacionais estabelecidos pela LDB. Além de garantir direitos educacionais das crianças é a importância da formação continuada de professores frente às novas tecnologias e metodologias de ensino. Podendo ser ampliada para incluir competências socioemocionais no currículo, em resposta às necessidades contemporâneas, promovendo uma educação que respeite e valorize a diversidade cultural, especialmente em um Brasil tão plural.

A Constituição Federal e a LDB, buscam gerar garantias para a inclusão, para que todas as pessoas tenham acesso a educação, que permaneçam na escola, que desenvolvam de forma integral, que se apropriem das tecnologias, que sejam estimulados com diferentes metodologias e que se tornem cidadãos críticos e protagonistas de sua própria história.

Com um olhar mais voltado aos estados e municípios, para que seja possível realizar o que nos traz a Constituição e a LDB, é importante uma construção de diretrizes curriculares próprias, voltadas ao seu contexto sociocultural, regional e econômico. Assim determinando metas e objetivos a serem perseguidos para desenvolvimento integral dos indivíduos locais, com um olhar para onde estão inseridos. Atribuindo aos parâmetros curriculares que estabelecem regras divididas em disciplinas, assinalam orientações e referências curriculares.

2.4 Políticas Públicas de Educação em Santa Catarina

A educação no estado de Santa Catarina, vem sendo construída ano após ano, com boas iniciativas, mas também com grandes desafios. O estado tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação básica, com foco em áreas como formação de professores, infraestrutura escolar e inclusão digital. Estando sempre alinhada às Legislações que orientam a educação, na organização do seu sistema de ensino. Este construído colaborativamente, observando, ouvindo os diferentes segmentos, se estabelecem políticas públicas próprias visando atender as demandas e necessidades locais. O estado sempre divulga as suas escolas e incentiva as mesmas a participarem e aderirem a programas oferecidos e desenvolvidos pelo MEC, diferentes políticas públicas, para diferentes públicos, mas com um mesmo objetivo que visa transformar a educação do País e fortalecendo cada vez mais o ambiente de ensino. Santa Catarina tem avançado na construção de uma política educacional mais inclusiva e de qualidade, mas ainda há muito a ser feito.

Os norteadores elaborados pela política pública, se efetive e se desenvolva para execução das ações propostas. Tendo sempre o envolvimento da comunidade, das famílias e do poder público é essencial para as metas estabelecidas serem alcançadas. Isso se fortalece em Ball, o contexto da prática é onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original (Mainardes, 2006, p. 53).

Com o processo de redemocratização política no Brasil, inicia-se um movimento de discussão educacional com relação às questões curriculares, provocando um repensar nas concepções da educação brasileira. Este movimento foi marcado pela ligação entre educação e política, e da educação das camadas populares. Deste movimento é elaborada a Proposta Curricular de Santa Catarina. Quem decide o ser humano que se quer formar, escolhe-se o que ensinar, como também se escolhe a maneira de compreender e provocar a relação do ser humano com o meio em que vive, fazendo parte da história.

As publicações da Proposta Curricular de Santa Catarina são resultado de uma construção coletiva de educadores, cujo processo iniciou-se em 1988, com a sua primeira publicação em 1991. “A Proposta Curricular constitui um marco importante na história da Educação Pública de Santa Catarina, na medida em que consolida uma opção de caráter político-pedagógica para o currículo da escola, a

partir de um marco teórico e de uma diretriz metodológica bem determinada” (SANTA CATARINA, 2005, p.9).

Da primeira versão da proposta curricular de Santa Catarina, até os dias de hoje, foram publicadas outras propostas curriculares, oriundas de discussões e de uma política pública participativa, que visam garantir a qualidade da educação, oferecendo um quadro para a construção de currículos nas escolas. Além da proposta curricular, Santa Catarina tem várias publicações de políticas que vem ao encontro às necessidades de uma regulamentação para uma maior efetividade do trabalho pedagógico. Onde abordam aspectos como objetivos de aprendizagem, conteúdos a serem trabalhados e a importância da inclusão.

Para os professores, essas as políticas e as diretrizes são fundamentais, pois orientam a prática pedagógica, promovendo uma educação mais coesa e alinhada às necessidades dos alunos. Além disso, incentivam a formação contínua, ajudando os educadores a se atualizarem e a implementarem estratégias inovadoras em sala de aula.

Em 1975, antes das diretrizes, foi promulgada a Lei 5205/1975 que estabelece normas especiais para Estatuto do Magistério de Público de 1º e 2º graus do Estado de Santa Catarina, os profissionais eram organizados em dois grupos de categorias funcionais, I - Docentes e II - Especialistas em Assuntos Educacionais. Esta lei sofreu alteração em 1982 pela Lei 6110/1982, onde foi acrescentado mais uma categoria no grupo funcional, III - Ensino Especial, que trata sobre a readaptação dos profissionais. Já em 1986 a Lei 6110/82, foi revogada pela Lei 6844/1986 onde o estatuto do magistério passou por alterações.

Com a Lei Complementar 49/1992, Art. 1º fica criado o quadro de pessoal do Magistério Público Estadual com os seguintes cargos de carreira, que compõem o Grupo Magistério, I - professor; II - especialista em assuntos educacionais; III - consultor educacional e IV - assistente técnico-pedagógico (ATP). Onde o Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, foi instituído pela Lei Complementar nº 1.139, de 28 de outubro de 1992. A Lei Complementar 668/2015, passa a reger o magistério público estadual de Santa Catarina, organizando o quadro pessoal, com a descrição e especificação a cada cargo.

As políticas públicas e as diretrizes curriculares vêm ao encontro da Lei do Magistério nº 668 de 28 de dezembro de 2015 que reforça a importância de uma formação continuada para os educadores e a valorização da profissão. A lei

estabelece que o magistério deve ser exercido por profissionais qualificados, e as diretrizes oferecem um referencial para que os professores desenvolvam suas competências e habilidades, promovendo a formação integral dos alunos.

Desta forma a política pública se fortalece em Ball, onde a “política em uso” refere-se aos discursos e às práticas institucionais que emergem do processo de implementação das políticas pelos profissionais que atuam no nível da prática (Mainardes, 2006, p. 49).

2.5 Lei do Magistério de Santa Catarina

Com uma política pública que permite a participação de grupos sociais, busca envolver os formais e informais nas discussões, sendo uma construção colaborativa, que beneficia os interesses de um grupo, sem gerar prejuízos. Neste caminho de construção a Lei do Magistério de Santa Catarina, estabelece normas para a valorização dos profissionais da educação, definindo critérios para a formação, contratação, atribuições e remuneração dos professores. Ela enfatiza a importância da formação continuada, assegurando que os educadores tenham acesso a oportunidades de capacitação. Além disso, a lei garantirá melhores condições de trabalho, promovendo uma carreira mais digna e valorizada para os docentes no estado.

Na política pública de 1991, onde foi publicada a primeira proposta curricular, apresenta a constituição do quadro profissional de Santa Catarina, entre eles os professores e especialistas em educação (administrador escolar, supervisor escolar e orientador escolar), bem como suas atribuições e os conteúdos a serem trabalhados nas diferentes etapas de ensino.

Pela Lei nº 1.139 de 28 de outubro de 1992, no Art. 1º fica criado o Quadro do Magistério Público Estadual, que compõem o grupo do Magistério, como professor, especialista em assuntos educacionais, consultor educacional, assistente de educação e Assistente Técnico Pedagógico (ATP). No parágrafo único desta lei, estes cargos de caráter efetivo, são classificados em níveis e referências e têm as respectivas atribuições e habilitações profissionais estabelecidas na lei complementar.

Na Lei Complementar nº 288 de 10 de março de 2005, transforma cargos previstos na Lei nº 1.139 de 1992 e estabelece outras providências. No Art. 1º ficam

transformados 3.500 (três mil e quinhentos) cargos de professor em cargo de Assistente Técnico Pedagógico e transpostos do quantitativo de cargos previstos no Anexo IX para o Anexo XII da Lei nº 1.139 de 28 de outubro de 1992. No Art. 2º da Lei Complementar 288 de 2005, a critério da administração pública, o ATP poderá ter lotação em escolas públicas estaduais. E no Art. 3, a descrição do cargo de Assistente Técnico Pedagógico de que trata o Anexo IV da Lei 1.139 de 1992, passa a vigorar com a redação no Anexo único desta Lei Complementar.

Dessa maneira, as políticas públicas e as diretrizes curriculares, em conjunto com a LDB e a Lei do Magistério, estabelecem um marco essencial para o fortalecimento da educação em Santa Catarina. Ao assegurar a formação continuada e a valorização dos profissionais da educação, essas normativas não só promovem a qualidade no ensino, mas também garantem que o ambiente escolar seja mais inclusivo e motivador para educadores e alunos.

As legislações citadas contribuem para o desenvolvimento de uma educação mais equitativa, segura e eficaz, capaz de formar cidadãos críticos e preparados para os desafios contemporâneos. Dessa forma, as políticas públicas e as diretrizes curriculares caminham lado a lado, assegurando a construção de um sistema educacional que valoriza tanto os educadores quanto os educandos.

Nesse contexto normativo e político que estrutura a educação pública em Santa Catarina, o Coordenador Pedagógico desempenha um papel fundamental no acompanhamento e na orientação do trabalho docente, atuando como mediador entre as políticas educacionais, as diretrizes curriculares e a prática pedagógica desenvolvida nas escolas. Sua função está diretamente relacionada à organização do processo ensino-aprendizagem, ao apoio aos professores no planejamento, na avaliação e na reflexão sobre as práticas educativas, contribuindo para a efetivação do Projeto Político-Pedagógico. Ao atuar de forma articulada com o diretor escolar e com o Assistente Técnico-Pedagógico, o Coordenador Pedagógico fortalece a gestão democrática, promovendo espaços de diálogo, formação continuada e trabalho coletivo, elementos essenciais para a valorização dos profissionais da educação e para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo, participativo e comprometido com a qualidade do ensino.

2.6 Gestão Democrática da Educação no Brasil e em Santa Catarina

A gestão democrática da educação é um princípio fundamental da organização do ensino público no Brasil, pois assegura a participação efetiva da comunidade escolar nas decisões pedagógicas, administrativas e financeiras das instituições de ensino. Esse modelo de gestão contribui para a construção de uma escola mais justa, participativa e comprometida com a formação cidadã dos estudantes. A gestão democrática está prevista na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e nas legislações estaduais, como as do Estado de Santa Catarina.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, estabelece a gestão democrática do ensino público como um dos princípios da educação nacional. Esse princípio reforça a ideia de que a escola deve ser um espaço coletivo de construção do conhecimento, no qual gestores, professores, estudantes, famílias e comunidade local participem ativamente dos processos decisórios. A gestão democrática é essencial para que a escola pública cumpra sua função social, pois segundo Paro, 2016, a administração escolar deve estar a serviço dos interesses da população e da efetivação do direito à educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) aprofunda o princípio da gestão democrática ao determinar que os sistemas de ensino estabeleçam normas próprias que garantam essa participação. A LDB destaca, entre outros aspectos, a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola e a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou instâncias equivalentes. A gestão democrática fortalece o trabalho coletivo e a corresponsabilidade, segundo Libâneo (2013), promove a integração entre gestão, ensino e aprendizagem, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação.

Além disso, a gestão democrática favorece a transparência, o diálogo e o respeito às diferenças, possibilitando que as decisões escolares sejam tomadas de forma coletiva e consciente. Nesse sentido, a democracia na escola está diretamente relacionada à prática do diálogo, isso se afirma em Paulo Freire que, ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo (Freire, 1996). Essa perspectiva reforça a importância da participação de todos os sujeitos no processo educativo.

Nesse viés da gestão democrática, o diretor escolar desempenha um papel central como líder pedagógico e mediador dos processos coletivos da escola. Mais

do que exercer funções administrativas, o diretor atua na promoção de uma cultura participativa, incentivando o diálogo, a escuta e a tomada de decisões compartilhadas entre professores, estudantes, famílias e demais profissionais da educação, conforme Paro, (2016), a direção escolar não pode ser compreendida como exercício de poder individual, mas como coordenação de esforços em favor dos objetivos educacionais. Sua atuação deve garantir condições para que os espaços colegiados, como conselhos escolares e reuniões pedagógicas, funcionem de forma efetiva e democrática. Ao articular as dimensões pedagógica, administrativa e relacional da escola, o diretor contribui para a construção de um ambiente escolar pautado na transparência, na corresponsabilidade e no respeito às diferentes vozes, fortalecendo a autonomia da escola e a efetivação dos princípios da gestão democrática previstos na Constituição Federal, na LDB e nas normativas do Estado de Santa Catarina. Onde Libâneo fortalece que a atuação democrática do diretor contribui diretamente para a qualidade do ensino, uma vez que a liderança escolar deve estar comprometida com a participação, o trabalho coletivo e a aprendizagem dos alunos (Libâneo, 2013).

Um dos principais instrumentos, que norteia e dá subsídios a gestão democrática da escola é o Projeto Político-Pedagógico (PPP), pois expressa a identidade institucional, os princípios, os objetivos e as ações pedagógicas construídas coletivamente. Conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), o PPP deve ser elaborado com a participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar, garantindo que as decisões pedagógicas refletem as necessidades e a realidade do contexto em que a escola está inserida. Segundo Veiga, o PPP possibilita a construção da autonomia da escola e a efetivação da participação democrática (Veiga, 2013). O PPP orienta o planejamento, a organização e a avaliação das práticas educativas, fortalecendo o diálogo, a corresponsabilidade e o compromisso coletivo com a qualidade da educação.

Nesse cenário, o Assistente Técnico Pedagógico (ATP) assume um papel estratégico na efetivação da gestão democrática, atuando como articulador entre a equipe gestora, os docentes e os demais segmentos da comunidade escolar. A partir de sua função técnica e pedagógica, o ATP contribui para a organização do trabalho pedagógico, acompanhando os processos de planejamento, implementação e avaliação das práticas educativas. Sua atuação envolve o apoio direto aos

professores, a mediação das demandas pedagógicas e a promoção de espaços de escuta, reflexão e diálogo coletivo, elementos essenciais para a construção de decisões compartilhadas.

Além disso, o Assistente Técnico-Pedagógico desempenha papel relevante na formação continuada dos profissionais da educação, colaborando na identificação das necessidades formativas da escola e no desenvolvimento de ações que qualifiquem o ensino e a aprendizagem. Ao apoiar a elaboração, o acompanhamento e a avaliação do Projeto Político-Pedagógico (PPP), o ATP fortalece a autonomia da escola e assegura que as práticas pedagógicas estejam alinhadas aos princípios da gestão democrática, às políticas educacionais e às especificidades do contexto escolar.

No Estado de Santa Catarina, onde a gestão democrática é garantida pela Constituição Estadual e pelas normativas do sistema estadual de ensino, a atuação do Assistente Técnico-Pedagógico torna-se ainda mais relevante, pois contribui para a consolidação de práticas participativas no cotidiano escolar. Ao incentivar a atuação dos conselhos escolares, o diálogo entre os diferentes segmentos e a construção coletiva de ações pedagógicas, o ATP fortalece a cultura democrática na escola pública catarinense.

Dessa forma, a gestão democrática da educação, fundamentada na Constituição Federal, na LDB e nas legislações do Estado de Santa Catarina, constitui-se como um elemento essencial para a construção de uma escola pública de qualidade. A atuação do Assistente Técnico-Pedagógico, integrada a esse processo, contribui significativamente para a efetivação da participação, da co-responsabilidade e do compromisso coletivo com a formação de cidadãos críticos, conscientes de seus direitos e deveres, fortalecendo a democracia no ambiente escolar e na sociedade.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E O ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO

Quando se ouve a palavra “política”, muitas pessoas evitam opinar ou não compreendem plenamente o seu verdadeiro significado. No entanto, a política pode ser entendida como o conjunto de ações, planos, metas, normas, diretrizes e procedimentos que orientam a organização e o funcionamento de diferentes espaços

sociais. Ela está presente em diversos contextos, como na família, na escola, na prefeitura ou em uma empresa. Em qualquer desses ambientes, a política tem a função de organizar processos, orientar decisões e favorecer o desenvolvimento dos objetivos propostos, sendo construída de acordo com as necessidades e características de cada realidade.

Ao associar a palavra política ao termo público, torna-se ainda mais comum encontrar dúvidas ou dificuldade por parte das pessoas em explicar ou conceituar o que são políticas públicas. Muitos afirmam não saber do que se trata, seja por falta de conhecimento ou por receio de se manifestar, acreditando que o tema esteja necessariamente ligado a partidos políticos. No entanto, as políticas públicas dizem respeito às ações, diretrizes e decisões voltadas ao interesse coletivo. Elas podem ser planejadas para atender necessidades específicas de determinados espaços ou grupos, mas estão principalmente relacionadas ao atendimento da população em geral, por meio de serviços e direitos que devem ser garantidos a todos os cidadãos.

Muitas vezes, a construção das políticas públicas está vinculada aos governos em diferentes esferas - municipal, estadual e federal - que buscam, conforme as demandas e desafios do momento, propor melhorias e organizar ações voltadas ao bem coletivo. Essas políticas impactam diretamente a vida dos cidadãos, pois orientam a oferta e a qualidade dos serviços públicos.

Por isso, é fundamental que a população compreenda seu significado e não se sinta insegura em expressar opiniões e contribuir com ideias. Afinal, as políticas públicas são pensadas para atender à sociedade, e a participação dos cidadãos em sua discussão e construção é essencial para que elas se tornem mais justas, eficazes e adequadas às necessidades reais da população.

Ao refletir sobre as políticas públicas, recordo do período em que atuava como professora em sala de aula. Durante as paradas pedagógicas, muitas vezes éramos convidados a ler e estudar sobre esse tema, e confesso que, naquele momento, eu apresentava certa resistência. Isso acontecia porque eu não conseguia compreender de que forma esses estudos poderiam contribuir para a minha prática docente.

No entanto, ao aprofundar meus conhecimentos sobre políticas públicas, percebo hoje que muitos profissionais da educação ainda desconhecem as normas, regras e leis que orientam e garantem o exercício de seu trabalho nos diferentes espaços públicos. No contexto deste estudo, especialmente, torna-se evidente a

importância de compreender as políticas públicas educacionais, pois elas fundamentam e direcionam grande parte das ações desenvolvidas no cotidiano escolar. As políticas públicas educacionais têm sido constantemente construídas e revisadas com o objetivo de aprimorar aspectos que demandam melhorias e de se adequar às novas realidades enfrentadas pelas escolas.

Cada processo de criação ou revisão dessas políticas representa também uma oportunidade de participação da sociedade, permitindo que diferentes atores opinem, debatam e contribuam com argumentos para o aperfeiçoamento das propostas apresentadas. No âmbito da educação, existem diversos tipos de políticas públicas, cada uma voltada à organização de ações, regras, normas e legislações em áreas específicas, como a gestão administrativa, as práticas pedagógicas, o transporte escolar, a alimentação e as condições de trabalho dos professores.

Nas buscas realizadas em relação às políticas públicas educacionais do estado de Santa Catarina, é possível perceber a existência de diferentes diretrizes, programas e legislações que orientam a organização e o funcionamento da educação no estado. Essas políticas procuram atender às necessidades da comunidade escolar, promovendo melhorias nas práticas pedagógicas, na gestão educacional e nas condições de ensino e aprendizagem. Ao analisar esses documentos e iniciativas, torna-se evidente a importância de compreender como as políticas públicas educacionais são planejadas e implementadas, pois elas influenciam diretamente o cotidiano das escolas, o trabalho dos profissionais da educação e a garantia do direito à educação para todos os estudantes.

Dentre as políticas públicas educacionais do Estado, a pesquisa teve como foco identificar e compreender as atribuições do Assistente Técnico Pedagógico, conhecido no contexto escolar como ATP. Ao analisar as legislações, o estatuto do magistério catarinense foi estabelecido pela Lei 5.202 de 1975, estabelecendo normas e organizando os profissionais em duas categorias: I - Docentes e II - especialistas em assuntos educacionais, nesta legislação não apresentava maiores informações específicas sobre as atribuições destas categorias. A lei complementar 6.110/1982, acrescenta a categoria III - Ensino Especial ao quadro do magistério previsto na lei 5205/1975. Em 1986, onze anos após o estabelecimento do estatuto do magistério, passou por mudanças conforme a Lei Complementar 6.844/86, mantendo duas categorias funcionais, categoria I - Docentes e categoria II - Especialistas em assuntos educacionais. Da mesma forma, não deixando claro quais

as reais atribuições da categoria II.

Em 1992, é a primeira vez que aparece nas legislações o termo Assistente técnico pedagógico, a partir da Lei Complementar 49/92, onde foi criado o quadro de pessoal do magistério público estadual, com quatro grupos: I - Professor, II - Especialistas em assuntos educacionais, III - Consultor educacional e IV - Assistente técnico pedagógico. Percebe-se que houve uma melhor distribuição dos grupos de trabalho, mas não traz maiores orientações das atribuições dos profissionais. Neste mesmo ano a Lei Complementar 1.139 de 28 de outubro de 1992, revoga a lei complementar 49/92, trazendo consigo mais clareza e compreensão das atribuições dos profissionais conforme os cargos: I - Professores, II - Especialistas em assuntos educacionais (administrador escolar, orientador educacional e supervisor escolar), III - Consultor educacional e IV - Assistente Técnico pedagógico.

O que se observa no artigo 1º da referida lei, que para todos os cargos temos atribuições relacionadas às suas funções, para o cargo de Assistente Técnico Pedagógico, foram identificadas as seguintes atribuições:

- I. Participar de estudos e pesquisas de natureza técnica sobre administração geral e específica, sob orientação;
- II. Participar, estudar e propor aperfeiçoamento e adequação da legislação e normas específicas, bem como métodos e técnicas de trabalho;
- III. Realizar programação de trabalho, tendo em vista alterações de normas legais, regulamentares ou recursos;
- IV. Participar na elaboração de programa para o levantamento, implantação e controle das práticas de pessoal;
- V. Selecionar, classificar e arquivar documentação;
- VI. Participar na execução de programas e projetos educacionais;
- VII. Prestar auxílio no desenvolvimento de atividades relativas à assistência técnica aos segmentos envolvidos diretamente com o processo ensino-aprendizagem;
- VIII. Desenvolver outras atividades afins ao órgão e a sua área de atuação.

Analisando as atribuições descritas configuram-se como uma atuação mais técnico-administrativa, voltada ao apoio à gestão institucional e ao desenvolvimento de atividades tanto na área administrativa quanto educacional. Onde a participação do ATP em estudos e pesquisas de natureza técnica, o que evidencia o envolvimento com a produção e sistematização de conhecimentos aplicados à realidade organizacional, contribuindo para o diagnóstico de processos e para a proposição de melhorias fundamentadas em dados e análises.

Já na análise das normativas e organizacionais, observa-se a atuação no estudo de casos e no apoio à proposição de aperfeiçoamentos na legislação,

normas e métodos de trabalho, reforçando a busca pela eficiência administrativa e pela adequação contínua das práticas institucionais. No que se refere ao planejamento, o auxílio na programação de trabalho, considerando mudanças legais e de recursos, demonstra a articulação entre planejamento e execução.

Outro aspecto relevante refere-se à gestão de pessoas, por meio do apoio na elaboração e controle de práticas de pessoal, contribuindo para a organização e o desenvolvimento dos recursos humanos. As atividades de gestão documental também se destacam, pois garantem a organização das informações e subsidiam a tomada de decisões.

No âmbito educacional, o ATP atua no suporte à execução de programas e projetos, bem como no apoio ao processo de ensino-aprendizagem, evidenciando a integração entre gestão administrativa e práticas pedagógicas. Por fim, a prestação de assistência técnica e o desenvolvimento de atividades afins demonstram o caráter flexível, integrado e interdisciplinar da função.

Dessa forma, o conjunto das atribuições evidencia que o Assistente Técnico Pedagógico desempenha um papel estratégico de apoio técnico-administrativo, organização de processos e suporte educacional, contribuindo para a eficiência, a qualidade e o desenvolvimento das atividades institucionais.

Neste espaço de tempo entre os anos de 1992 à 2015, as legislações passaram por mudanças acompanhando as transformações nas políticas educacionais e nas necessidades das instituições de ensino. Essas alterações refletem a busca por uma melhor organização do trabalho pedagógico e administrativo nas escolas, evidenciando a importância desse profissional no apoio à gestão, no acompanhamento das práticas pedagógicas e na articulação das ações que contribuem para o desenvolvimento do processo educativo.

No atual cotidiano escolar é notável que muitos profissionais da educação entendem a função do ATP como o mediador das atividades pedagógicas desenvolvidas pela escola, o que se mostra ao contrário do que se tinha na lei complementar 49/92 de ser um apoio técnico-administrativo, voltado para ações administrativas de gestão e de organização institucional.

Atualmente o estatuto do magistério do estado de Santa Catarina, conforme a Lei Complementar 668/2015, no artigo 2º, anexo 3, estão citadas as atribuições do ATP:

- I. Participar de estudos e pesquisas de natureza técnica sobre

administração geral e específica, sob orientação;

- II. Participar, estudar e propor aperfeiçoamento e adequação da legislação e normas específicas, bem como métodos e técnicas de trabalho;
- III. Realizar programação de trabalho, tendo em vista alterações de normas legais, regulamentares ou recursos;
- IV. Participar na elaboração de programas para o levantamento, implantação e controle das práticas de pessoal;
- V. Selecionar, classificar e arquivar documentação;
- VI. Participar na execução de programas e projetos educacionais;
- VII. Prestar auxílio no desenvolvimento de atividades relativas à assistência técnica aos segmentos envolvidos diretamente com o processo ensino-aprendizagem;
- VIII. Desenvolver outras atividades afins ao órgão e a sua área de atuação;
- IX. Participar com a comunidade escolar na construção do projeto político-pedagógico;
 - X. Auxiliar na distribuição dos recursos humanos, físicos e materiais disponíveis na escola;
 - XI. Participar do planejamento curricular;
 - XII. Auxiliar na coleta e organização de informações, dados estatísticos da escola e documentação;
 - XIII. Contribuir para a criação, organização e funcionamento das diversas associações escolares;
 - XIV. Comprometer-se com atendimento às reais necessidades escolares;
 - XV. Participar dos conselhos de classe, reuniões pedagógicas e grupos de estudo;
 - XVI. Contribuir para o cumprimento do calendário escolar;
- XVII. Participar na elaboração, execução e desenvolvimento de projetos especiais;
- XVIII. Administrar e organizar os laboratórios existentes na escola;
- XIX. Auxiliar na administração e organização das bibliotecas escolares;
- XX. Executar outras atividades de acordo com as necessidades da escola.

Percebesse mudanças nas atribuições do Assistente Técnico Pedagógico das legislações de 1992 e 2015, onde primeiramente as ações estavam mais voltadas a um trabalho técnico-administrativo já na Lei 668/2015, às ações para o ATP, estão voltadas para um trabalho amplo dentro do ambiente escolar, mas ainda mantém um forte caráter administrativo, dimensão pedagógico e organizacional se fortalece um pouco mais. O que traz maiores responsabilidades para que seja garantido que os processos funcionem de forma eficiente e organizada. O seu papel vai além do administrativo, envolvendo-se no pedagógico da escola. Não é um docente, mas atua como suporte estratégico ao ensino, exigindo compreensão do funcionamento educacional.

4 DAS ATRIBUIÇÕES DO ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO AO COTIDIANO ESCOLAR

O funcionamento de uma escola vai muito além da sala de aula. Por trás das atividades pedagógicas, existe uma complexa rede de organização, planejamento e

articulação que garante que o processo de ensino-aprendizagem aconteça de forma eficiente. Nesse contexto, o Assistente Técnico Pedagógico desempenha um papel fundamental, atuando de maneira integrada entre as dimensões administrativa, pedagógica e comunitária.

Neste sentido podemos analisar as atribuições citadas na Lei 668/2015, artigo 2º, anexo 3, foram organizadas em dimensões, onde se busca compreender as atribuições com mais clareza e facilidade, o que melhora a compreensão e a organização do trabalho do ATP em nossas escolas.

Tabela 8 - Dimensão Administrativa

Selecionar, classificar e arquivar documentação
Auxiliar na coleta e organização de informações e dados estatísticos da escola e documentação
Administrar e organizar laboratórios existentes na escola
Auxiliar na administração e organização das bibliotecas escolares
Desenvolver outras atividades afins ao órgão e a sua área de atuação
Executar outras atividades de acordo com as necessidades da escola

Fonte: elaborada pela autora.

Na dimensão administrativa, as atribuições vinculam-se diretamente à organização e ao funcionamento institucional da escola, constituindo-se como elementos essenciais para a manutenção de registros atualizados e para o suporte qualificado à tomada de decisões. Tais ações asseguram, ainda, a adequada disponibilidade e funcionalidade dos diferentes espaços escolares para fins pedagógicos. Assim, ao contribuir para a sistematização das rotinas institucionais, o profissional favorece a eficiência, o controle e a articulação entre os diversos setores da escola. Nesse contexto, suas responsabilidades evidenciam uma atuação estratégica na estrutura operacional da instituição, promovendo a organização dos processos e demandando um perfil técnico-metodológico, caracterizado pela atenção aos detalhes e pela capacidade de operar em conformidade com normas e procedimentos estabelecidos.

Tabela 9 - Dimensão Pedagógica

Participar do planejamento curricular
Prestar auxílio no desenvolvimento de atividades relativas à assistência técnica ao segmentos envolvidos diretamente com o processo ensino-aprendizagem
Participar dos conselhos de classe, reuniões pedagógicas e grupos de estudo
Contribuir para o cumprimento do calendário escolar
Participar na elaboração, execução e desenvolvimento de projetos especiais
Participar com a comunidade escolar na construção do projeto político-pedagógico

Fonte: elaborada pela autora.

A dimensão pedagógica compreende um conjunto de atribuições orientadas ao apoio qualificado ao processo de ensino-aprendizagem, no qual o profissional atua na organização das práticas educativas e na consolidação dos objetivos institucionais da escola. Nesse campo, o ATP contribui diretamente para o desenvolvimento educacional, auxiliando os diferentes segmentos da escola por meio da organização de materiais, do acompanhamento das atividades escolares e da oferta de suporte técnico às práticas pedagógicas.

Ao acompanhar o desempenho discente, o ATP contribui para a análise e o aprimoramento das estratégias didático-pedagógicas, favorecendo intervenções mais eficazes e contextualizadas. Ademais, ao prestar assistência aos diferentes segmentos, assegura a sistematização, a continuidade e a coerência das ações pedagógicas no cotidiano escolar. Nesse sentido, sua atuação transcende a esfera estritamente administrativa, inserindo-se de forma articulada no núcleo pedagógico da instituição. Ainda que não exerça a docência, configura-se como um agente de suporte estratégico ao ensino, demandando domínio dos fundamentos educacionais e compreensão crítica da dinâmica escolar.

Tabela 10 - Dimensão Gestão de Pessoas e Recursos

Participar na elaboração de programas para levantamento, implantação e controle das práticas de pessoal

Auxiliar na distribuição dos recursos humanos, físicos e materiais disponíveis na escola
Participar de estudos e pesquisas de natureza técnica sobre administração geral e específica, sob orientação
Participar, estudar e propor aperfeiçoamento e adequação da legislação e normas específicas, bem como métodos e técnicas de trabalho
Realizar programação de trabalho, tendo em vista alterações de normas legais, regulamentares ou recursos

Fonte: elaborada pela autora.

Essa dimensão envolve a organização e a otimização dos recursos humanos, físicos e materiais da escola, que contribui para o planejamento e a melhoria da gestão de equipes de forma equilibrada e eficiente. Essas atribuições exigem uma visão global da escola, favorecendo o uso adequado dos recursos disponíveis. Evidencia-se uma função de articulação entre diferentes atores (professores, alunos, gestão e comunidade), com foco em colaboração, integração e cumprimento das legislações vigentes em torno da educação.

Tabela 11 - Dimensão Social e Comunitária

Contribuir para a criação, organização e funcionamento das associações escolares
Comprometer-se com o atendimento às reais necessidades escolares
Participar junto à comunidade escolar nas ações e decisões institucionais

Fonte: elaborada pela autora.

A dimensão social e comunitária evidencia a escola como um espaço de interação, participação coletiva e construção democrática dos processos educativos. Nesse contexto, o profissional contribui para o fortalecimento da gestão democrática e para a ampliação do envolvimento da comunidade escolar, reafirmando a centralidade do diálogo e da colaboração na definição e implementação das ações educacionais. Sua atuação revela sensibilidade em relação ao contexto social no qual a instituição está inserida, promovendo práticas educativas mais inclusivas,

participativas e coerentes com a realidade dos estudantes e da comunidade. Assim, essa dimensão confere ao cargo uma expressiva natureza ética e social, exigindo compromisso com as demandas institucionais e com a qualificação contínua da educação ofertada.

A compreensão das atribuições do ATP, organizadas em diferentes dimensões, possibilita uma leitura mais sistematizada de sua atuação no cotidiano escolar, ao evidenciar os campos específicos de intervenção profissional. Tal organização favorece a identificação dos limites e das interfaces entre as funções desempenhadas, permitindo que o profissional desenvolva suas ações com maior segurança, coerência e respaldo legal.

Nesse sentido, ao reconhecer a quais dimensões suas atividades estão vinculadas, o ATP pode atuar de forma articulada e responsável, assegurando o cumprimento de suas atribuições sem sobreposição ou interferência indevida nas funções de outros profissionais, contribuindo, assim, para a harmonia institucional e a efetividade do trabalho coletivo na escola.

Tal perspectiva também se relaciona aos princípios da gestão democrática escolar, uma vez que a atuação articulada entre os diferentes profissionais favorece processos participativos, o diálogo institucional e a construção coletiva das decisões no ambiente educacional.

Entretanto, observa-se na vivência cotidiana, a partir de relatos recorrentes desses profissionais, que muitos ingressam no cargo de ATP por meio de concurso público motivados, sobretudo, pela busca de estabilidade e segurança na carreira no âmbito da rede estadual de ensino. Nesse contexto, evidencia-se que a compreensão mais aprofundada acerca das atribuições e das demandas inerentes ao cotidiano escolar tende a ocorrer apenas após a aprovação e a efetiva posse no cargo. Tal dinâmica suscita reflexões quanto à necessidade de maior apropriação prévia das funções e responsabilidades profissionais, de modo a favorecer uma atuação mais consciente, crítica e alinhada às exigências institucionais desde o início do exercício profissional.

Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de inclusão, no Estatuto do Magistério Público de Santa Catarina, de dispositivo que contemple a formação dos profissionais que atuam em funções técnico-administrativas no contexto escolar. Tal proposição justifica-se pelo fato de que esses profissionais são frequentemente demandados a exercer atribuições relacionadas à mediação de ações e à

implementação de estratégias voltadas à melhoria da qualidade da educação. Contudo, a ausência de formação específica e sistematizada pode comprometer o desempenho dessas funções, indicando a importância de políticas institucionais que assegurem a preparação adequada para o exercício qualificado dessas atividades.

Além disso, a formação desses profissionais mostra-se fundamental para o fortalecimento da gestão democrática, considerando que sua atuação envolve processos de mediação, participação nas decisões escolares e articulação entre os diferentes segmentos da comunidade educativa.

Em relação à dimensão pedagógica, observa-se que muitos profissionais da escola compreendem a função do ATP de maneira distinta daquela estabelecida nas atribuições legais. Em especial, docentes das diferentes áreas tendem a atribuir a esse profissional um papel mais diretamente vinculado à orientação pedagógica, esperando sua atuação nos processos avaliativos, na indicação de metodologias de ensino, no apoio às dificuldades relacionadas à inclusão de estudantes com deficiência, bem como na mediação de práticas pedagógicas.

Dessa forma, o ATP não é percebido apenas como um agente envolvido na elaboração do projeto político-pedagógico ou em atividades de natureza administrativa e burocrática, mas como um profissional cuja presença é demandada de forma mais próxima e atuante nas questões pedagógicas cotidianas. Tal percepção evidencia uma expectativa de ampliação de sua atuação, aproximando-o das reais necessidades pedagógicas da escola.

Conclui-se que as atribuições legais dos Assistentes Técnico-Pedagógicos apresentam coerência parcial com sua atuação prática nas escolas públicas, pois, embora exista alinhamento em aspectos organizacionais e pedagógicos, persistem desafios relacionados à formação, à compreensão das funções e às expectativas institucionais atribuídas ao cargo. Tais fatores podem limitar a efetividade de sua atuação e, conseqüentemente, suas contribuições para a melhoria da qualidade da educação. Ainda assim, evidencia-se que, quando há clareza das atribuições, formação adequada e articulação institucional, o ATP pode desempenhar papel relevante na mediação das práticas escolares, no fortalecimento do trabalho coletivo e na consolidação dos princípios da gestão democrática no ambiente educacional, contribuindo para processos mais participativos, dialógicos e colaborativos na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos de atuação em sala de aula, especialmente em contextos escolares nos quais nem todas as instituições contavam com a presença do Assistente Técnico Pedagógico (ATP), tornava-se perceptível a diferença existente entre as escolas no que se refere às questões pedagógicas, à orientação dos processos educativos e à mediação das relações entre professores e estudantes. Observava-se que a atuação desse profissional contribuía significativamente para a organização do trabalho pedagógico e para o fortalecimento do acompanhamento escolar.

Contudo, também se evidenciava que alguns ATPs demonstravam fragilidades quanto à compreensão de suas atribuições e da relevância de sua função no contexto educacional, situação que, em determinados momentos, gerava desconfortos e expectativas frustradas entre os docentes. Isso acontece porque os professores frequentemente esperavam desse profissional orientações, suporte pedagógico e auxílio na condução das demandas escolares, encontrando, por vezes, uma atuação limitada, marcada pela dependência excessiva das determinações da gestão escolar e pela ausência de maior autonomia profissional.

Posteriormente, ao deixar a atuação em sala de aula, em 2021, e iniciar as atividades na Coordenadoria Regional de Educação de Palmitos, trabalhando diretamente com questões pedagógicas relacionadas ao ensino, foi possível ampliar a compreensão acerca dessa realidade. Percebeu-se que as dificuldades anteriormente vivenciadas como docente em relação à atuação do ATP não se restringiam a uma escola específica, mas se manifestavam em diferentes contextos da rede pública de ensino.

Considerando a dupla posição assumida nesta pesquisa, como pesquisadora e servidora da Coordenadoria Regional de Educação de Palmitos, reconhece-se que essa proximidade com o campo investigado constitui, simultaneamente, uma potencialidade e um desafio para a produção e a interpretação dos dados. A inserção profissional possibilitou maior aproximação com os Assistentes Técnicos Pedagógicos, conhecimento das especificidades do contexto investigado, acesso a diferentes situações do cotidiano escolar e compreensão mais aprofundada das demandas e desafios relacionados à função. Entretanto, essa proximidade também

exigiu atenção constante aos possíveis riscos de viés, especialmente em razão das experiências profissionais previamente vivenciadas e das concepções construídas ao longo da trajetória como docente e servidora da CRE. Nesse sentido, buscou-se assumir uma postura reflexiva e crítica durante todo o processo investigativo, procurando diferenciar as experiências pessoais e profissionais das evidências produzidas pela pesquisa. Para isso, a análise foi orientada pelas normativas que regulamentam a função e pelo diálogo com o referencial teórico adotado, evitando que percepções prévias determinassem os resultados ou conduzissem a interpretações previamente estabelecidas. Assim, a proximidade com o campo foi compreendida não como elemento que invalida a pesquisa, mas como uma condição que exigiu vigilância epistemológica, explicitação da posição da pesquisadora e constante exercício de distanciamento analítico, de modo a preservar o rigor e a credibilidade do processo investigativo.

Ao mesmo tempo, a vivência na Coordenadoria Regional de Educação de Palmitos possibilitou o contato com Assistente Técnico Pedagógico de outras coordenadorias, cujas práticas evidenciaram formas de atuação organizadas e comprometidas com o acompanhamento pedagógico escolar. Em algumas dessas realidades, observava-se um acompanhamento sistemático dos planejamentos e avaliações docentes, bem como uma presença efetiva do ATP no cotidiano escolar. Em determinadas escolas, o professor, ao chegar à instituição, dirige-se inicialmente

à secretaria e, posteriormente, à sala do ATP, recebendo orientações e suporte pedagógico antes mesmo do início das atividades em sala de aula.

Essas experiências demonstram que a efetividade da atuação do ATP está diretamente relacionada ao comprometimento profissional, à compreensão de suas atribuições e à disposição em assumir um papel ativo no fortalecimento das práticas pedagógicas da escola. O que chama a atenção refere-se ao fato de que, embora o ATP esteja formalmente inserido na dinâmica escolar, muitas vezes sua atuação não se torna visível ou reconhecida no desenvolvimento de ações efetivamente voltadas à melhoria da qualidade da educação. Onde observou-se que alguns profissionais demonstravam resistência diante das demandas relacionadas ao apoio pedagógico, compreendendo determinadas solicitações como desvinculadas de suas atribuições.

Entretanto, ao analisar as normativas que regulamentam a função, verifica-se que grande parte das atribuições destinadas aos ATPs possui caráter pedagógico, evidenciando a centralidade desse profissional no acompanhamento e no fortalecimento das práticas educativas. Nesse sentido, torna-se fundamental que o ATP reconheça a importância de sua função, fortaleça sua identidade profissional e assuma, de forma crítica e comprometida, o papel que lhe compete no contexto escolar, contribuindo de maneira efetiva para a qualificação dos processos pedagógicos e para a construção de uma educação pública de qualidade.

As análises realizadas ao longo desta pesquisa evidenciam que as atribuições dos Assistente Técnico Pedagógico (ATP), previstas nas políticas públicas e legislações educacionais do estado de Santa Catarina, apresentam coerência parcial com a atuação prática desenvolvida nas escolas públicas. Embora as normativas estabeleçam funções relacionadas à organização pedagógica, administrativa e ao apoio à gestão escolar, o cotidiano das instituições demonstra que esses profissionais frequentemente assumem demandas que extrapolam as atribuições formalmente previstas.

Nesse contexto, verificou-se nas visitas às escolas e no decorrer do meu trabalho cotidiano, que os profissionais da escola esperam que o ATP ocupe um papel estratégico no ambiente escolar, atuando como mediador entre gestão, professores, estudantes e políticas educacionais. Desta forma sua atuação contribui para a organização dos processos escolares, o acompanhamento das ações pedagógicas, a mediação de programas educacionais e o suporte às equipes pedagógicas, com

metodologias, acompanhamento das dificuldades de aprendizagem dos estudantes, acompanhados dos processos avaliativos e planejamentos dos professores, desta forma evidenciando sua relevância para o fortalecimento do trabalho coletivo e para a melhoria da qualidade da educação. Com um trabalho mais pedagógico de mediador vai ampliar sua prática e suas responsabilidades cotidianas se fortalecem e ganham força no trabalho colaborativo. Nessa perspectiva, sua atuação também se relaciona ao fortalecimento da gestão escolar democrática, uma vez que favorece o diálogo, a participação coletiva, a articulação entre os diferentes segmentos da comunidade escolar e a construção compartilhada dos processos educativos.

Entretanto, a pesquisa também revelou desafios que interferem na efetividade dessa atuação. Muitos profissionais ingressam no cargo sem conhecimento aprofundado acerca das atribuições e das demandas inerentes à função, motivados, em grande parte, pela estabilidade proporcionada pelo concurso público. Assim, a compreensão mais ampla sobre o papel do ATP acaba sendo construída no exercício cotidiano da profissão, o que pode gerar insegurança e dificuldades no desenvolvimento das atividades.

Diante disso, conclui-se que as atribuições dos Assistente Técnico Pedagógico podem contribuir efetivamente para a qualidade da educação quando há clareza das funções, formação adequada, apoio institucional, gestão escolar comprometida com princípios democráticos e articulação entre os diferentes profissionais da escola. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de ampliação de políticas públicas voltadas à valorização profissional, reorganização das atribuições, acesso à formação continuada e ao fortalecimento da identidade profissional dos ATP, garantindo melhores condições para o exercício de suas funções e maior alinhamento entre as atribuições legais e as demandas reais do cotidiano escolar.

A gestão democrática mostra-se fundamental nesse processo, pois possibilita relações mais participativas, colaborativas e dialógicas, favorecendo a integração entre os profissionais e fortalecendo o desenvolvimento das ações pedagógicas no ambiente escolar.

Por fim, destaca-se que esta pesquisa não encerra as discussões sobre a temática, mas busca contribuir para novas reflexões acerca da atuação dos Assistente Técnico Pedagógico no contexto educacional catarinense. Espera-se que este trabalho possa colaborar para o reconhecimento, fortalecimento e a valorização

desses profissionais, evidenciando sua importância na sustentação dos processos educativos da escola pública e no fortalecimento de práticas de gestão escolar democrática, participativa e comprometida com a qualidade social da educação.

Diante dos resultados desta pesquisa, vislumbram-se, como ações futuras, a continuidade e o fortalecimento de espaços de formação, diálogo e acompanhamento junto aos Assistentes Técnicos Pedagógicos, especialmente no âmbito da Coordenadoria Regional de Educação de Palmitos. Pretende-se, por meio de encontros formativos e momentos de troca de experiências, ampliar as discussões sobre as atribuições do ATP, sua identidade profissional, seu papel pedagógico e sua contribuição para a gestão escolar democrática. Esses espaços poderão possibilitar a reflexão sobre situações vivenciadas no cotidiano das escolas, a socialização de práticas e a construção coletiva de estratégias para qualificar a atuação desses profissionais. Também se considera a possibilidade de desenvolver materiais orientadores e ações de acompanhamento que possam subsidiar os ATPs na organização de seu trabalho, no acompanhamento dos planejamentos e processos avaliativos, na identificação das dificuldades de aprendizagem e na articulação com professores, estudantes e equipe gestora. Dessa forma, as ações futuras poderão contribuir para aproximar as atribuições previstas nas normativas das demandas concretas das escolas, fortalecendo uma atuação mais pedagógica, colaborativa, autônoma e comprometida com a qualidade social da educação.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. (Org.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. 1. ed. 2. reimp. São Paulo. Cortez, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 70 ed. São Paulo: Retórica, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Governo Federal, 1988. Disponível em: <[http:// www.planalto.gov.br/legislacao](http://www.planalto.gov.br/legislacao) >. Acesso em: 05 ago. 2024.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação? Educações: aprender com o indígena**. In: **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 1-41

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília/DF: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: <[http:// www.planalto.gov.br/legislacao](http://www.planalto.gov.br/legislacao) > Acesso: 10 ago. 2024.

DESLANDES, Suel Ferreira, GOMES, Romeu e NETO, Otávio CRUZ. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1994.

ESTEBAN, M. P. S. **Pesquisa qualitativa em Educação: fundamentos e tradições**. Trad. Miguel Cabrera. Porto Alegre: AMGH, 2010.

EVANGELISTA, O. **Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional**. In: ARAUJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (Orgs.). *A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais*. Campinas, SP: Alínea, 2012. p. 52-71.

FÁVERO, Altair Alberto; CENTENARO, Junior Bufon. **A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites**. *Revista Contrapontos*, Itajaí/SC, v19n1, p.170-184, 2019. 10.14210/contrapontos.v19n1.p170-184.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Solidariedade**. 4ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HESSEN, Joannes. **Teoria do conhecimento**. São Paulo/SP: Editora Martins Fontes, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo, SP: Editora Cortez, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Gestão da escola: teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 2013

MARQUES, Mário Osório. **Os Paradigmas da Educação**. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*. Brasília, v.73, n.175. p. 547-565, set/dez. 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p. ISBN: 8532611451.

MORIN, Edgar. **O verdadeiro papel da educação**. *Revista Prosa Verso e Arte*, [S. l.], 2020. Disponível em <https://www.revistaprosaversoearte.com/o-verdadeiro-papel-da-educacao-edgar-morin> Acesso em: 20 abr. 2025.

MOROSINI, Marília Costa; SANTOS, Priscila Kohls. **Revista Panorâmica – ISSN 2238-9210 - V. 33 – Maio/Ago. 2021**.

MOROSINI, Marília; KOHLS-SANTOS, Priscila; BITTENCOURT, Zoraia. **Estado do Conhecimento: teoria e prática**. Curitiba: Editora CRV, 2021.

ORLANDI, Eni, Pulcinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez, 2016.

PEREIRA, Adriana Soares; SHITSUKA, D. Moreira; PARREIRA, F. J.; SHITSUKA, R. **Metodologia da pesquisa científica**. 1. ed. Santa Maria - RS: UFSM/NTE, 2018. Disponível: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1&isAllowed=y

RAMOS, Rogério de Araujo. **Dicionário Didático de Língua Portuguesa**. São Paulo, Editora Edições SM, 2011.

RIBOLI, C. **Desafios do Direito à Saúde**. São Paulo, SP: Editora Dialética, 2012.

SANTA CATARINA. Lei Complementar nº 688, de dezembro de 2015. **Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual**. Florianópolis/SC: Governo do Estado de Santa Catarina, 2015. Disponível em: < http://leis.ale.sc.gov.br/html/2015/668_2015_lei_complementar.html > Acesso em: 09 setembro de 2024.

SANTA CATARINA. Lei Complementar nº 288, de 10 de março de 2005. **Transforma cargos previstos na Lei nº 1.139 de 1992**. Florianópolis/SC: Governo do Estado de Santa Catarina, 2005. Disponível em: < http://leis.ale.sc.gov.br/html/2005/288_2005_lei_complementar.html >. Acesso em: 09 setembro de 2024.

SANTA CATARINA. Lei Complementar nº 1.139, de 28 de outubro de 1992. **Cria o Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual**. Florianópolis/SC: Governo do Estado de Santa Catarina, 1992. Disponível em: < http://leis.ale.sc.gov.br/html/1992/1139_1992_Lei.html >. Acesso em: 09 setembro de 2024.

SARAIVA, E. **Introdução à Teoria Política Pública**. In: SARAIVA, E.; FERNANDES, E. (Org.). **Políticas Públicas**. Brasília, DF: ENAP, 2006. v. 1.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 42ª Edição, Campinas/SP: Editora Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Col. Educação contemporânea).

SIMPSON, John (ed.). **Oxford English Dictionary**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1989. *Nota:* A 2ª edição do OED foi publicada em 1989.

SOUZA, Celina. **Introdução Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Porto Alegre, 2006.

ZILLES, Urbano. **Teoria do conhecimento e teoria da ciência**. São Paulo/SP: Editora Paulus, 2005.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 16. ed. revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2019.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Gestão democrática da escola: limites e possibilidades**. São Paulo: Cortez, 2013.

MOROSINI, Marília Costa. **Estado de conhecimento e questões do campo científico**. In: MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, C. M. B. (2014). Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. Educação Por Escrito 5(2), 2014. p. 154-164.

GUARIENTI, Eduardo. **Repercussões do processo de descentralização nas políticas educacionais: uma análise da 31º SDR-SC**. DISSERTAÇÃO, DA URI, 2016.